

ZERO

Nº 7 - ANO X
FLORIANOPOLIS
6 DE SETEMBRO DE 1993
CURSO DE JORNALISMO
DA UFSC

CENTRO SÃO LUCAS

O FIM DA INOCÊNCIA

Menores infratores usam período de internação
para aperfeiçoar suas técnicas criminosas

ZERO

Nº 7

ANO X

SETEMBRO 93

CURSO DE JORNALISMO
CCE-COMMelhor Peça Gráfica
I, II, III, IV e V
Set Universitário
Maio 88
Setembro 89, 90 e 91
Outubro 92Jornal-Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina editado pelo Laboratório de Infografia
Arte e capa: José da Silva JúniorFoto da capa: Lauro Maeda
Colaboração: professores Aureo Moraes, Carlos Locatelli e Paulo Brito, Caio César, Clésia Schmitz e João Jonas Bastos (Foto), Carlos Alberto Vieira (Laboratório), Adriane Canan, Gabriela Veras, Lúcio Lambranhão, Marcelo Santos, Josemar Sehnem, Patrícia Márcia, Sérgio Severino
Coordenação: Victor CarlsonCopy-writer: Professores Gilka Girardello, Luiz Scotti
Diagramação: Andréa Luswarghi, Celso Gick, Diógenes Botelho, Diógenes Fischer, Giancarlo Proença, José da Silva Júnior, Lauro Maeda, Mariano Senna, Mônica Linhares, Patrícia Márcia, Rogério Mosimann

Editores Executivos: Alessandra Meinicke (Cultura), Alexandre Gonçalves (Diagramação), Lauro Maeda (Fotografia) Pedro Saraiva (Edição)

Edição: Alexandre Gonçalves, Claudine Nunes, Diógenes Botelho, Diógenes Fischer, Giancarlo Proença, José da Silva Júnior, Lauro Maeda, Mariano Senna, Victor Carlson

Editoração Eletrônica: Victor Carlson

Fotografia: Ana Carine Monteiro, Andréa Luswarghi, Jaime Moraes, Lauro Maeda, Rogério Mosimann, Victor Carlson, Yan Boechat

Laboratório Fotográfico: Jaime Moraes (coordenação), Andréa Luswarghi, Lauro Maeda, Yan Boechat

Jornalista Responsável: Professor Ricardo Barreto (MTb 2708/RS)

Textos: Adriana Martorano, Alexandre Gonçalves, Claudine Nunes, Clésia Schmitz, Jaime Moraes, José da Silva Júnior, Mariano Senna, Pedro Saraiva, Rogério Mosimann, Sara Caprário, Victor Carlson
Acabamento e impressão: Jornal A Notícia

Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-COM), Trindade, CEP 88049-900, Florianópolis/SC

Telefones: (0482) 31-9215 e 31-9290

Telex e telefax: (0482) 34-4069

Distribuição gratuita
Circulação dirigida

A imprensa nacional tem revelado a crueldade e as péssimas condições de vida no qual vivem milhares de menores em nosso país. O ZERO traz nesta edição um relato diferente da situação do menor e constata que não adianta apenas acusar a polícia e os comerciantes, se qualquer tentativa de tirar os menores da rua esbarra na ineficiência dos centros de internação. No Centro São Lucas - único em SC - os funcionários, apesar de todo o esforço, não se sentem estimulados a cuidar dos menores por causa dos baixos salários e falta segurança. A consequência é que o Centro acaba tornando-se uma fábrica de bandidos, onde os menores são misturados a outros menores com passados diferentes. A internação só acaba estimulando a fuga, o consumo de drogas e a criminalidade. Não adianta apenas esse estardalhaço em torno do que aconteceu na Candelária, se as tentativas de reintegração do menor não contam com infra-estrutura

Bandidos da Nação

suficiente para atendê-los. Chacinas como a do Rio continuarão a acontecer e o menor continuará sendo marginalizado.

Outro agravante na situação dos menores é a crise econômica que o país vem enfrentando e que tem jogado na miséria milhares de famílias a cada ano. A razão principal para a não implantação de um projeto viável tecnicamente e apoiado por todos os segmentos da economia, para salvar o país da crise, são os interesses eleitorais e a má vontade pura e simples da maioria de nossos políticos. Estes sim, os grandes bandidos da nação. Enquanto isso, o país afunda na inflação e nas perspectivas de novos planos milagrosos que não abordam os problemas econômicos como um todo. O mais incrível, é que vários segmentos se alimentam da inflação, inviabilizando qualquer tentativa de estabilização.

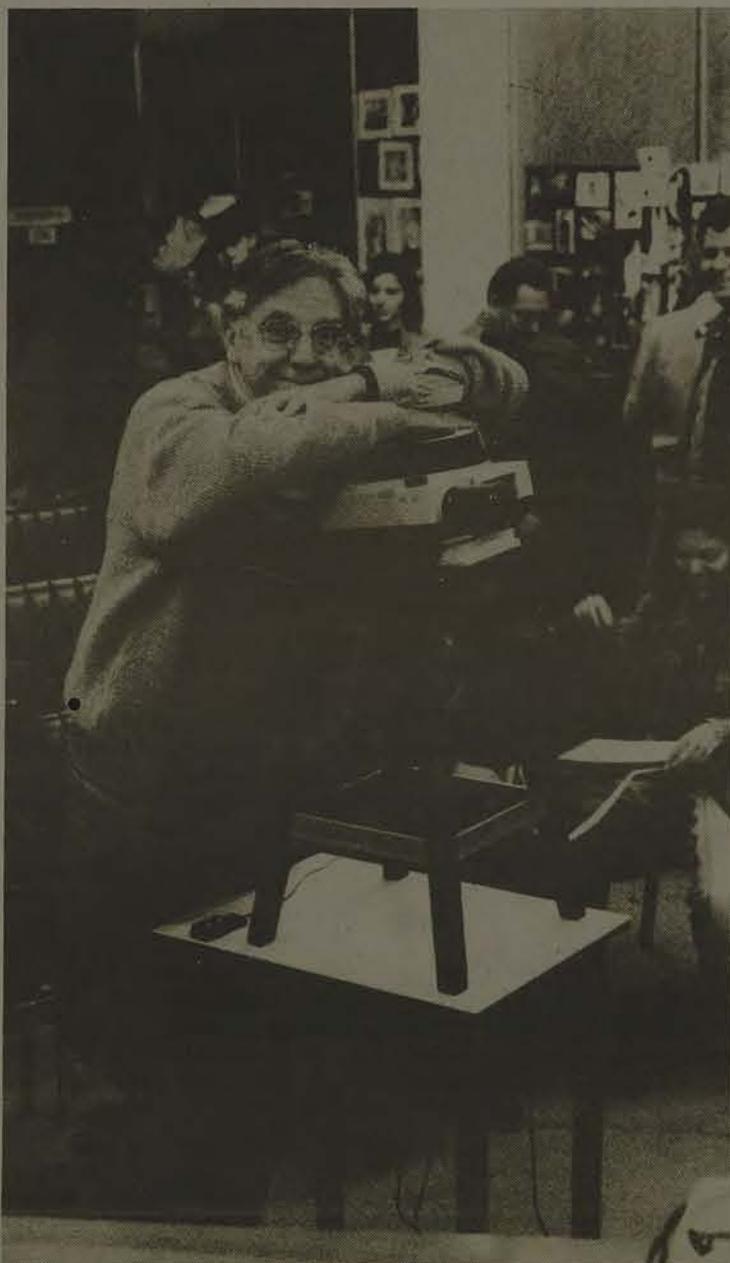
Já na UFSC foi divulgado recentemente o relatório da produção científica da universidade em 91. O que se constata nos números é a improdutividade de professores, funcionários e alunos. O número de publicações de professores foi, na média, inferior a um por ano. Muitos se defendem dizendo que o salário não ajuda e que falta verba. Mas mesmo assim existe muito descaso dos professores e desperdício por parte dos servidores, decorrente da deformação do conceito de emprego público, geralmente confundido com um bem vitalício e protegido por todos.

Por fim, aproveitamos essa ocasião inédita para agradecer ao professor Ricardo Barreto, responsável pelo ZERO e que há vários anos coordena o jornal. O resultado está na ousadia, competência e eficiência com que os estudantes de Jornalismo concluíram - em tempo recorde - esta edição, trabalhando com total autonomia.

Fotografia sem espaço

Alegre e brincalhão nos momentos de descontração, Luiz Humberto Martins Pereira solta o verbo e não poupa críticas a ninguém quando o assunto é fotografia e o mau uso que dela se faz na imprensa. Crítico severo da democracia formal "e não de fato" que existe no Brasil ele aproveita cada ocasião para falar das "calhordices da política nacional que finge levar o país à modernidade enquanto 3 milhões de pessoas passam fome". Na mesma passagem por Florianópolis, noticiada na última edição do ZERO, Luiz Humberto deu esta entrevista à nossa reportagem.

Entrevista: Paulo Brito



Ana Carine

ZERO — Você trabalha como fotógrafo há 32 anos. O que mudou no fotojornalismo brasileiro nessas três décadas?

LUIZ HUMBERTO — Existiram duas etapas no fotojornalismo brasileiro. A primeira é aquela anterior ao aparecimento da Abril, que é um marco no fotojornalismo. Nessa fase foi importante a revista O Cruzeiro, que tinha uma equipe de bons fotógrafos, que foram muito influenciados pelos franceses da agência Magnum. Outro veículo importante foi o jornal da Tarde que, em 1965, tinha um lay-out que privilegiava muito a fotografia. Também não se pode esquecer a reforma gráfica do Jornal do Brasil em 1958/59, de onde saiu um grupo de fotógrafos muito inovadores como Valter Firmo, Evandro Teixeira, Ronald Theobaldo e outros. Depois, em 1965, surgiu a Realidade que tinha uma boa equipe de fotógrafos e, em 1968, apareceu a Veja. Esse período da Realidade e Veja foi, talvez, o mais importante do fotojornalismo brasileiro. Em 1978 foi lançada a Istoé, uma revista pobre, em preto e branco, mas extremamente liberada em termos de fotojornalismo. E, em pouco tempo, se conseguiu realizar um bom trabalho, que depois foi atropelado pela organização da produção. Aliás, eu não sei o que organização da produção tem a ver com mediocridade. De qualquer modo, aquele foi um período com fotógrafos bem preparados e com visão política. Depois houve um esgotamento dessa experiência e a partir de 1985, com a democracia formal, aconteceu uma queda qualitativa no fotojornalismo brasileiro. A imprensa e as elites, que estiveram divorciadas nos anos 70, voltaram a se aliar e a informação passou a ser somente um bem de mercado. E com isso foram desaparecendo os gêneros mais ativos e investigativos na imprensa como a reportagem, a cobertura e o ensaio fotográfico.

ZERO — A televisão colaborou para o enfraquecimento do fotojornalismo?

LUIZ HUMBERTO — Há sempre quem esteja anunciando que a TV veio para acabar com a imagem impressa. A TV é sem dúvida mais veloz, mas é uma imagem fugaz, sem permanência. A imagem impressa terá sempre grande importância na transmissão de informações pela sua permanência. Uma foto publicada em um jornal ou revista permanece por longo tempo e pode ser consultada várias vezes. A fotografia não pode é repetir a TV. Ela tem um espaço mais liberado, pode ser uma imagem mais inteligente justamente porque permite uma leitura mais prolongada. E no caso de publicações ou livros que sirvam como refe-

renciais para o fotojornalismo, isto é fundamental. Mas no Brasil ninguém liga para essas coisas.

ZERO — Você vê diferenças, do ponto de vista do fotojornalismo, entre os maiores jornais e as duas principais revistas do país?

LUIZ HUMBERTO — Não há diferenças, porque a identidade básica é que a informação é tratada a partir das visões particulares de uma elite voraz que domina o país. É preciso estabelecer um controle social sobre a informação porque a sociedade que é a destinatária dessa informação tem sido enganada todos os dias. A informação é um bem que não pode ser propriedade de pessoas ou, como no Brasil, de empresas unifamiliares.

ZERO — Qual é a sua principal preocupação ao fotografar: a informação ou a estética?

LUIZ HUMBERTO — Essas coisas não se separam. A organização formal conduz à informação. No fotojornalismo, por sua natureza particular, é possível haver a informação pura e simples, em alguns momentos. E fotografar bem com rapidez

Fotografias são cortadas sem o menor pudor por muitos editores e diagramadores

é questão de experiência. Mas o que me irrita na imprensa brasileira é o tratamento dado à fotografia. Existem problemas muito sérios na área de conceituação quanto ao uso da imagem e principalmente problemas na edição das fotografias. Elementos particulares ou enquadramentos específicos colhidos pelos fotógrafos são cortados sem o menor pudor por diagramadores ou editores, sem levar em conta a importância dada pelo fotógrafo a todo o ambiente retratado. Em nossos jornais e revistas a imagem é tratada como uma mancha na página ou um tapa-buracos, como se não tivesse um conteúdo informativo de grande relevância.

Jaime Moraes

"A imagem é tratada como mancha na página, um tapa-buraco"

Repórter de plantão

O repórter José Hamilton Ribeiro acompanhou os grandes momentos da história do jornalismo nacional. Começou a carreira ainda estudante, no jornal Folha de São Paulo, no momento em que deixava de ser um jornal "a serviço de São Paulo" para ser um jornal "a serviço do Brasil". Passou pela recém criada Editora Abril, na revista Quatro Rodas e de lá foi para Realidade. Nessa época foi designado para cobrir a Guerra do Vietnã. Com a decretação do AI5 foi trabalhar nos jornais do interior paulista, de onde partiu para uma experiência inédita para ele: a televisão. Primeiro no Globo Repórter e atualmente no Globo Rural. A seguir o depoimento concedido para o Projeto Memória do Jornalismo.

Claudine Nunes

A REPORTAGEM

O repórter, especialmente o repórter de revista, o repórter de texto de jornalismo, de longo curso, faz um trabalho mais pessoal. Você depende de menos pessoas para fazer o seu trabalho e para dar o recado que você quer. Ao passo que você sendo chefe, o que já é uma coisa que depende de circunstâncias até psicológicas e qualidades que eu não tenho, você se limita a comandar pessoas, você se apaga um pouco em benefício da equipe. E eu infelizmente sou um pouco vaidoso e não tenho essa capacidade de me abstrair do projeto. Quero eu mesmo fazer as minhas coisas e isso é que faz de mim até hoje repórter.

REPÓRTER NA TV

Um texto de reportagem, especialmente a grande reportagem é um trabalho intelectual muito próprio. Enquanto que na televisão você depende da qualidade da imagem, você depende do cinegrafista e sobretudo do editor, dos efeitos de estúdio da música do ambiente que você cria. O repórter na televisão não tem controle sobre a qualidade final do produto e isso é um pouco frustrante. Agora, eu acho que o bom jornalista pode trabalhar em qualquer veículo, mas cada pessoa vai ter mais facilidade para um ou outro. No meu caso eu achava que fazer revista era um trabalho pesado e fazer televisão era diversão. É diversão, porque a televisão é muito superficial. Mesmo porque no momento em que acaba a luz acabou o trabalho.

NA GUERRA

Eu acho que a cobertura de guerra é uma atividade jornalística especializada, de alta confiabilidade e que exige um profissional bem preparado. Eu digo isso com muita tranquilidade porque eu tenho a impressão que eu fui para o Vietnã mal preparado como repórter, por-

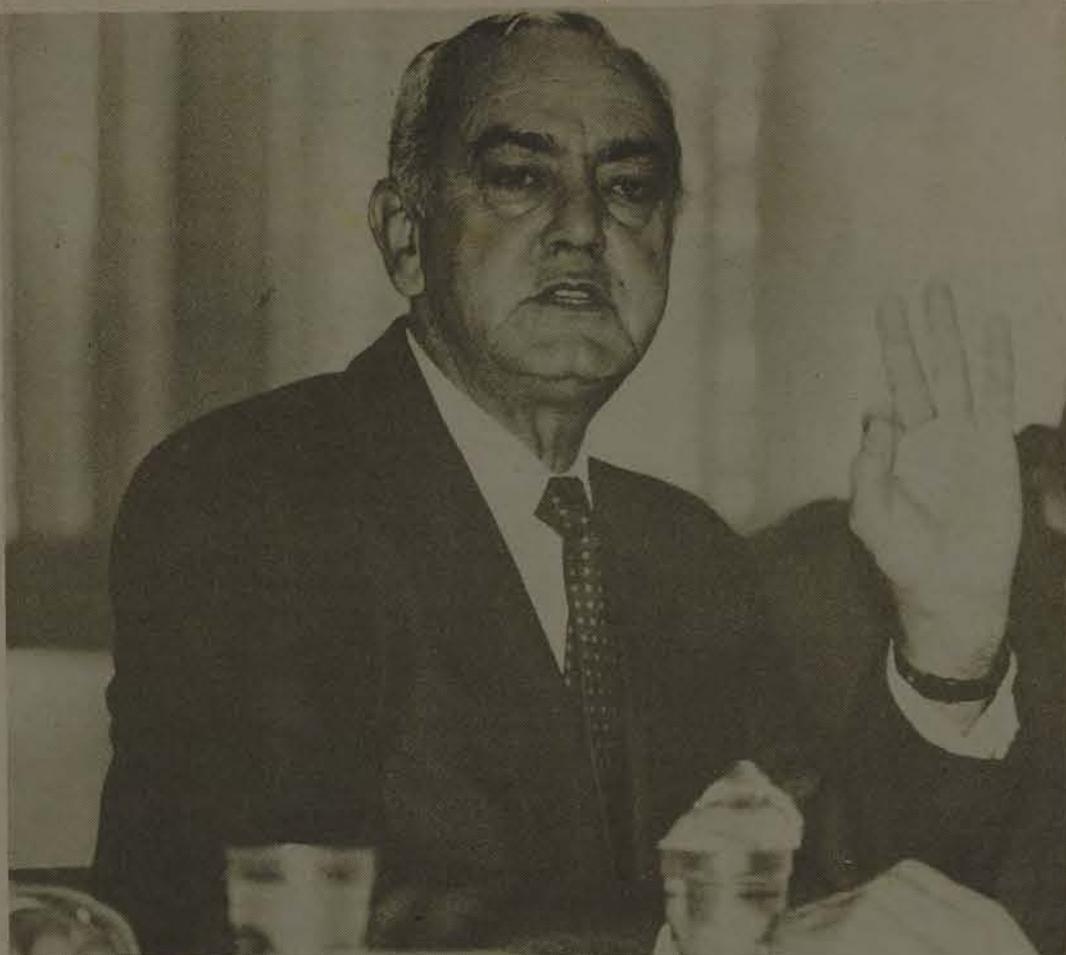
que eu cheguei lá por volta dos 30 anos e os grandes repórteres que estavam na guerra do Vietnã dos EUA e da Europa eram gente com mais de 50 anos. Gente que tinha sido inclusive chefe de redação dos seus jornais ou revistas. No Brasil existe essa tendência de usar repórter jovemzinho, novinho, pagar mal. O repórter é o que ganha pior nas redações e isso é uma visão falsa porque ele é a antena do jornal lá fora.

A NOVA GERAÇÃO

O jornalista, evidentemente que o bom jornalista, faz a pauta, ele cria. Mas as grandes mudanças estão acontecendo, se você é um bom jornalista que pode testemunhar isso, pode fazer um documento dessa mudança. Eu lembro do livro "Os 10 Dias que Abalaram o Mundo" de um repórter americano que estava no momento que aconteceu a revolução russa. Ele acompanhou aquilo como repórter e produziu uma peça imorredoura. Nos anos 60 aconteceram algumas coisas no mundo. Quem teve a chance de registrá-las recebeu esse privilégio de fazer uma coisa que hoje se diz que é uma geração de bons repórteres. Eu acredito que essa geração está madura e o seu trabalho ainda está vivo aí. Outras gerações continuaram fazendo e essa renovação é constante. Daqui 10 anos a gente estará falando em outra geração.

NO BRASIL

Eu acho que a imprensa brasileira se compara à imprensa do primeiro mundo. Eu não sei se em outro país tem um jornal tão bem feito como o Jornal da Tarde de São Paulo. País que tenha uma revista melhor que a Veja, olha, parece os Estados Unidos e Alemanha. Mas não estamos bem agora com revista de reportagens, estamos com falta dessas revistas. Mas jornais, os jornalões brasileiros, o Estadão, a Folha, O Globo e o Jornal do Brasil são jornais de nível de primeiro mundo. Acho que a imprensa brasileira está numa boa fase. A revolução da imprensa



Lauro Maceda

"A pessoa que é contra a escola, ou é burra ou é mal intencionada"

ditadura sufocou a parte editorial da imprensa e permitiu a ela se modernizar tecnologicamente. Hoje ela vive um momento editorial importante.

DIPLOMA

Quando se discute uma profissão no Brasil ou em qualquer parte do mundo, a pergunta tem que ser feita para quem está na profissão. E os jornalistas reponderam seguidas vezes que eles querem o diploma. Quem é contra o diploma é o dono do jornal para poder contar com mão-de-obra mais frágil e mais aberta e mais desprotegida. Eu acho que num país atrasado e analfabeto como o Brasil, a pessoa que for contra a escola, qualquer tipo de escola, ou é burra ou é mal intencionada.

O MERCADO DE TRABALHO

Está havendo um alargamento no mercado de trabalho do jornalista. Antes ele era restrito à redação e hoje tem essa saída para as assessorias. Por exemplo, assessoria política, para campanha política é quase uma especialidade hoje. Mas eu acho que se trata de um alargamento e talvez uma certa distorção do mercado. É uma coisa que a gente vai ter que trabalhar com ela e estudar e analisar profundamente, para ver se de fato é uma outra profissão, se é uma outra qualificação. Eu acho que é uma questão que a gente tem que examinar.

REGIONALIZAÇÃO

Há muito tempo que eu embalei na idéia de que ia acontecer no Brasil o que já aconteceu nos Estados Unidos, que é o fortalecimento da imprensa regional. Já demonstrando no Brasil mas eu acho que vai chegar. Cidades como Ribeirão Preto que tinha cinco jornais e todos os cinco muito ruins, atualmente tem dois jornais só, sendo um deles muito bom. Isso é uma

embora seja muito mal feito, e o outro que luta para sobreviver. Núcleos assim urbanos e industriais e de desenvolvimento tipo Ribeirão Preto, vão se encaminhar para ter um jornal só, mas muito forte e expressivo regionalmente.

A EXPERIÊNCIA NO INTERIOR

O jornalismo que se faz num jornal da grande imprensa e num jornal de cidade pequena, tem diferenças peculiares justamente pela proximidade com a fonte e pela proximidade da reação. Eu lembro uma vez que a gente fez uma reportagem atacando uma determinada pessoa em Rio Preto. No dia seguinte, quando o jornal saiu, a pessoa foi lá no jornal e queria matar todos nós a tiro, para se vingar. Quando você faz uma reportagem para Folha ou para o Estadão, isso é muito raro acontecer, porque o sujeito nem sabe onde fica a redação do Estadão, numa cidade como São Paulo. Mas na comunidade menor essa realidade, de fato, muito próxima, é muito perigosa.

O FALSO PODER

Eu acho que o jornalismo tem uma falsa sensação de poder. Ele tem a sensação de que está perto da fonte de poder, mas realmente não está. O jornalista deve ter consciência crítica de que ele presta um serviço e que o poder não está com ele exatamente, não está com o órgão, com o veículo. Eu tenho um amigo em São Paulo que é colunista social e que é muito bajulado. Chega o Natal e recebe caixas de uísque. Mas ele tem essa consciência de que no momento em que ele perder a coluna, ele perde os amigos também, perde a mordomia. Essa consciência é importante que o jornalista tenha. É um poder relativo. Ele deve saber que o exercício que ele faz é uma delegação da sociedade, do povo e que precisa prestar conta disso para não se deixar envaidecer e não se deixar

Quem é contra o diploma é o dono do jornal

A televisão é muito superficial

SETEMBRO 93 - ZERO

ESPECIAL ZERO

Os pecados da UFSC



Sócio-Econômico, goteiras nas salas e a segunda menor produção científica

Desperdício, pouca verba e descaso são alguns

Mariano Senna

Uma universidade com um professor para cada seis alunos deveria ser considerada uma excelente instituição de ensino. As Universidades da Alemanha, são uma prova da eficiência educacional dessa proporção. Mas nem precisa tanto. Na Itália as universidades têm um professor para cada 50 alunos. Como na Alemanha, a Universidade Federal de Santa Catarina possui um professor para cada seis alunos. No entanto, a UFSC está longe de ser um modelo escolar para o país.

A falta de dedicação aos

trabalhos de pesquisa e extensão comprova isso. No Centro Tecnológico da UFSC, em 1992, os 360 professores e os 170 servidores técnicos administrativos publicaram 478 trabalhos, que vão desde livros até patentes ou registros de softwares desenvolvidos. Mas, dos cerca de três mil alunos desse centro, apenas 250 estão envolvidos com trabalhos de pesquisa, ao lado de 209 professores. No ano passado foram desenvolvidas 328 pesquisas. Isto no CTC, considerado o centro mais dinâmico da UFSC.

Em outros centros a média é bem menor. No Centro Sócio Econômico, só 30% dos 136 docentes estão envolvidos em projetos de pesquisa. Em 1990, com 22 professores a menos, o CSE teve uma produção científica de 19 publicações em livros, revistas e anais de congressos. Naquele ano, só uma dissertação de mestrado foi aprovada. Em 1991 esse número pulou para 50 publicações. Dessas, 14 eram dissertações. Pior é a situação do Centro de Ciências Jurídicas que em 1990 teve nove publicações e não diplomou ninguém na pós-graduação. Dois dos três departamentos do CCJ tiveram uma produção científica zero nesse ano. Em 1991 o CCJ era o centro com a menor produção científica por docente na UFSC.

A justificativa para essa improdção poderia ser o excesso da carga horária das aulas. Será este o caso? Na UFSC a grande maioria do corpo de docentes trabalha em regime de dedicação exclusiva, com carga horária mínima de 40 horas semanais. Mas a legislação universitária permite que, para cada hora aula dada em sala, o professor disponha de uma hora e meia para a preparação dessa aula. Quer dizer que, no total, um professor que se dedique exclusivamente ao ensino deve dar 16 horas de aula em sala por semana. As 24 horas que faltam para completar as 40 horas semanais são contadas como preparação e planejamento de aula.

Com tanto tempo para preparação e planejamento, era de se esperar uma qualidade excelente nas aulas ministradas. O Zero entrevistou 30 alunos de diversos cursos e fases da UFSC para saber a opinião deles sobre a qualidade das aulas. Nove dos alunos acreditam que, por dominarem a matéria, os professores não precisam desse tempo; 18 responderam que eles precisam, mas não usam; apenas três disseram que os professores precisam e usam as 24 horas semanais. "Pela própria atribuição de ensino superior eles precisam de um período grande de preparação. Mas a grande maioria não prepara suas aulas nem 20 minutos", acredita Nilton C. Pereira, aluno da sexta fase da Engenharia Química.

Mesmo assim há profes-

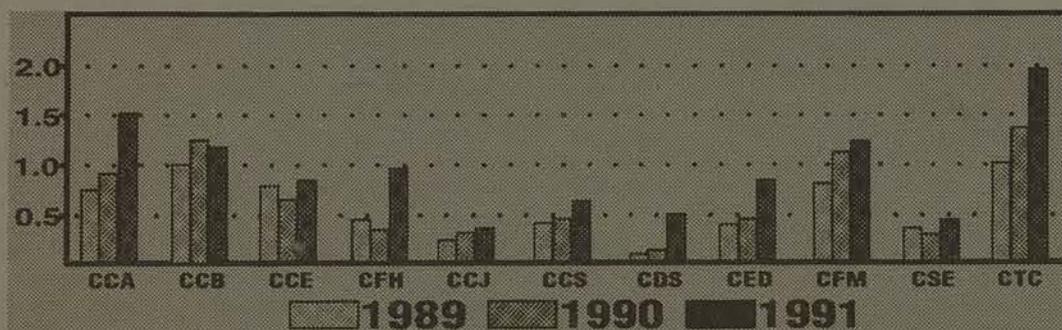
sores que dão apenas quatro horas/aula por semana. Alguns escondem até metade da sua carga horária em cargos de chefia, outros em pesquisa e extensão. No curso de jornalismo, dos 29 professores, 23 estão parcialmente envolvidos em trabalhos de pesquisa ou em cargos administrativos. Os seis professores restantes são professores substitutos.

Uma avaliação oficial do desempenho da UFSC começará a ser feita a partir do segundo semestre letivo de 1993. O projeto elaborado pela Comissão de Avaliação da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação teve seu início adiado em seis meses por causa da última greve da universidade. Assim, apenas cinco cursos foram voluntários para testá-lo no fim do semestre 93/1: Jornalismo, Engenharia Mecânica, Medicina, História e Nutrição. "Nosso objetivo não é punir nem premiar, mas fazer um diagnóstico da universidade", salienta o pró-reitor Dilvo Ristoff. Pelos cálculos do projeto, esse diagnóstico só estará superficialmente desenhado no final de 1995.

Mas o problema da universidade não se resume à produtividade dos seus alunos e funcionários. Ele se agrava com a falta de recursos para a manutenção de uma estrutura pesada. Em junho, a folha de pagamento da UFSC somou CR\$ 262 milhões, quantia duas vezes maior que o orçamento de toda a universidade para 1993. A conta da luz da universidade em junho, foi duas vezes maior que o orçamento anual do Centro Sócio Econômico (CSE — CR\$ 2.542.594,00). O CSE tem 2724 alunos de graduação e pós-graduação que são distribuídos nas 43 salas de aula. Os seus quatro prédios foram construídos há 14 anos e já sofrem com a falta de manutenção. "Sete salas de aula apresentaram goteiras durante as chuvas que marcaram o início de julho", lembra o diretor do Centro, Ademar Arcângelo Cirimbelli.

A defasagem aumenta a cada mês: a correção sobre o valor total do orçamento, calculado no final de 1992, baseia-se numa previsão de 10% ao mês de inflação e não os 30% verificados até agora. No Centro de Comunicação e Expressão

Média de publicações por docente em cada Centro em 1991



Proporção alunos/professores de algumas universidades

Instituição	Fundação	Alunos/Professores
Universidade Humboldt (Alemanha)	1810	4
Universidade de Duisburg (Alemanha)	1972	12
Universidade de Avignon (França)	1972	26
Universidade de Picardie (França)	1970	23
Universidade de Bologna (Itália)	Séc. X	37
Universidade de Napoli (Itália)		37
Universidade de Barcelona (Espanha)	1450	24
Universidade de Madri (Espanha)	Séc. XIII	32
UFRJ (Rio de Janeiro)	1920	6
UFRGS (Rio Grande do Sul)	1934	7
UFSC (Santa Catarina)	1968	6

	Orçamento Solicitado	Orçamento aprovado
11 Centros	CR\$ 2 bilhões	CR\$ 33 milhões
Pró-reitorias e Órgãos de Apoio	CR\$ 504 milhões	CR\$ 64 milhões

Bizarras diferenças

Folha de pagamento da UFSC em junho/93	CR\$ 262 milhões
Orçamento dos 11 Centros para 1993	CR\$ 33 milhões
Conta de luz da UFSC em junho/93	CR\$ 4,2 milhões
Orçamento do CTC para 1993	CR\$ 6,5 milhões
Orçam. das Pró-reitorias e órgãos de apoio/93	CR\$ 64 milhões
Conta de água e esgoto da UFSC em junho/93	CR\$ 3,3 milhões

são, os funcionários que precisarem de hospedagem nas viagens a serviço terão que pagar do próprio bolso: os CR\$ 29 mil previstos nessa rubrica para o ano todo já foram usados. "Todos os dias recusamos pedidos de professores para apoio a congressos, seminários e cursos de extensão", conta Sérgio Mattos, diretor do CCE. Pelos seus cálculos, o centro precisaria de um orçamento dez vezes maior para uma administração folgada das suas atividades.

O professor Sérgio parece exagerado? Mas ele é até modesto. Segundo dados da Coordenadoria de Orçamento da Secretaria Especial de Planejamento (Seplan) a defasagem entre o orçamento solicitado e o aprovado para a UFSC é de 2500%. Curioso é notar que os mais atingidos são os 11 centros da universidade. A diferença entre o que pedem e o que recebem é de 6500%. Já os 9 órgãos administrativos e de apoio recebem um orçamento oito vezes menor que o necessário, mas que é o dobro do orçamento dos centros.

A falta de espaço físico também é problema na UFSC. O CCE que recebe 1100 alunos de outros centros, é um exemplo. "O que acontece é uma má divisão do espaço físico", explica o diretor do CCE. Alguns departamentos têm uma taxa de utilização das salas de 100%; outros, não passam de 40% nos três períodos letivos. O jornalismo é um deles.

Enquanto uns minguam poucos recursos, outros têm de sobra espaço e material. Na Engenharia de Produção e Sistemas existem, por exemplo, 15 computadores em salas de professores; segundo os professores esses equipamentos foram adquiridos com bolsas de pesquisa no CNPQ. É o caso do micro XT instalado na sala do professor de Projeto de Produção, Miguel Fiod Neto. "Atualmente ele me serve apenas como máquina de escrever", conta Miguel, que já tem encaminhado outro projeto prevendo a compra de um 486.

Quem se surpreende com essa informação é o Departamento de Apoio à Pesquisa. "Nunca ouvi falar que o CNPQ adquira equipamentos para projetos de pesquisa. Computadores só se consegue através de convênio", diz uma fonte do DAP que preferiu não se identificar.

Além desses a Engenharia de Produção tem cerca de 50 computadores em seus 14 laboratórios. Enquanto isso os dois laboratórios de informática do CSE com um total de 15 máquinas, são utilizados por mais de 580 alunos por semana.

Apesar dos problemas, a família universitária aumenta a cada ano. No primeiro semestre de 1993, 11 novos professores (não substitutos) foram contratados nos CCE, CSE e CTC. O Centro Tecnológico, pede mais técnicos para seus laboratórios; o diretor do centro, Renato Carlson, garante que os cerca de 40 técnicos e engenheiros são insuficientes para os 67 laboratórios.

De braços cruzados

Os alunos também são culpados pela baixa produtividade da universidade hoje. Segundo levantamento da Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE), dos 2728 alunos que entraram na UFSC em 1982, só 45% se formaram no tempo previsto; 474 alunos que foram aprovados no vestibular de 82 continuavam na UFSC em 1991. Pior, de 1982 a 1986 o número de formados no tempo previsto baixou para 32% do número total de aprovados. Em 1992, ainda estavam na UFSC 2882 alunos aprovados no vestibular entre 1982 e 1986. Sem contar os alunos de Medicina.

Atualmente a UFSC não sabe quanto custa, por ano, cada um de seus alunos. O sistema de custos da Universidade foi desativado há três anos por ser considerado antiquado. "O sistema tratava do orçamento em nível geral, com dados relativos apenas aos centros e não aos alunos", explica Vilmar Nunes da Silva, administrador da Secretaria de Planejamento da Universidade. Em julho desse ano saiu a portaria para a formação de um grupo de trabalho com a finalidade de estabelecer um novo sistema.

O cálculo feito por alguns departamentos dá uma idéia do valor necessário à manutenção da Universidade. No curso de Jornalismo a estimativa é que um aluno gaste oito mil dólares por ano para estudar. Segundo o coordenador do Departamento de Engenharia Mecânica, Caspar Erich Stemmer, o custo anual de um futuro engenhei-

ro na Inglaterra é de 7500 dólares. Já a formação de um médico inglês consome em média, 16 mil dólares por ano. O professor Stemmer não sabia quanto custa um estudante de engenharia mecânica na UFSC.

Dentro da UFSC existem os dois extremos da questão. Cursos como Odontologia, Medicina, Educação Física e Direito que formam 90% dos seus alunos no tempo previsto; enquanto outros como Matemática, Engenharia de Produção Civil, Ciências Sociais, Engenharia Sanitária e Letras não formam nenhum aluno no tempo previsto.

Outro indicador da falta de empenho dos alunos na atividade universitária é o número de pedidos de bolsas de iniciação a pesquisa. Em 1993 o número de inscritos para a obtenção de uma bolsa foi 245. Desse total 40% eram da área das ciências da vida (Medicina, Biologia); 37% dos inscritos eram das ciências exatas (Matemática, engenharia); as ciências humanas corresponderam a apenas 22% dos pedidos de bolsas. Como a distribuição das bolsas é proporcional ao número de pedidos, as ciências da vida foram as mais beneficiadas.

O número de bolsas de iniciação a pesquisa oferecidas pela UFSC baixou de 220 em 92 para 130 esse ano. Em compensação o valor pago passou a corresponder a um salário mínimo. Até o ano passado um bolsista recebia 75% do salário mínimo.

Mariano Senna

ÁREA	INSCRITOS / CONTEMPLADOS
Ciências da Vida (CCA, CCB, CDS, CCS)	99 / 53
Ciências Humanas e Sociais (CCE, CED, CCJ, CSE, CFH)	54 / 26
Ciências Exatas e da Terra (CTC, CFM)	92 / 51

O Zero entrevistou quatro professores de intensa vida acadêmica para saber as suas opiniões sobre a situação da universidade hoje

LUIS CARLOS MENEZES, doutor em física pela USP



A SOLUÇÃO: trabalhar mais e fazer uma séria auto-crítica da instituição e a partir disto solicitar mais recursos, não vice-versa

AS RAZÕES DO PROBLEMA: A universidade brasileira não cumpre os seus compromissos com a sociedade. Ela apenas tem formado engenheiros, químicos e geólogos. O desenvolvimento e transferência de tecnologia estão em segundo plano nos seus objetivos hoje. A universidade pública no Brasil é grotescamente sub-utilizada. Instalações, capacidade docente, tudo isso é sub-utilizado. Pesquisa-se pouco e com pouca sensibilidade. A universidade não encontrou a sua vocação na área produtiva.

NILSON LAGE, professor titular do Curso de Jornalismo da UFSC

AS RAZÕES DO PROBLEMA: O ponto crucial está na estrutura da carreira docente da Universidade. A vida profissional de um professor universitário se resume em bacharelado, especialização, mestrado e doutorado. Com quatro trabalhos (etapas) ele chega ao topo da carreira. Não há incentivos ou cobrança da publicação de trabalhos. Em algumas áreas há muito pouco intercâmbio e os escassos congressos são invadidos por alunos de graduação, que banalizam as discussões. Para completar, a insegurança das instituições públicas no Brasil abomina o trabalho sério.

Os alunos também contribuem porque chegam despreparados ao ensino superior. Tem gente que entra na universidade sem saber gramática. Eu fevi 15 anos para ditudar o ensino de redação de jornal e isso ocorre em todas as áreas.



A SOLUÇÃO: Melhoria do ensino de 1º e 2º grau e uma recusa do academicismo (hierarquização) que impera. Sem esquecer de uma permanente cobrança e avaliação dos professores no ensino e pesquisa.

IVO ZIMMERMANN, professor de língua e literatura vernacula e presidente da COPERVE

AS RAZÕES DO PROBLEMA: O vilão da história não é o vestibular. Como professor eu acredito que o problema está na formação pedagógica dos cursos. Numa disciplina em que o professor reprova 90% dos alunos será que o problema está nos alunos? O despreparo dos alunos quando entram na universidade não justifica um índice tão alto de reprovação e desistências.

A SOLUÇÃO: Em primeiro será a reestruturação da avaliação dos alunos de cada curso. Junto com isso deve haver uma mudança substancial das coordenadorias e dos currículos desses cursos. Sem esquecer, é claro, de uma constante avaliação do desempenho dos professores.



CASPAR ERICH STEMMER, chefe do departamento de Engenharia Mecânica e ex-reitor da UFSC

A SOLUÇÃO: O principal investimento é em recursos humanos. A universidade tem que dispor de gente dedicada exclusivamente a ela. Eu defendo uma política de seleção, apoio e valorização do professor. É uma política de longo prazo, que precisa de muita garra para ser aplicada, mas que possibilitará condições adequadas de trabalho. E basicamente uma mudança de espírito. Não podemos esquecer da avaliação dessa atividade.

AS RAZÕES DO PROBLEMA: O problema é a visão que se tem da universidade hoje. Ela não é um IES (Instituição de Ensino Superior) como chama o Ministério da Educação. A universidade deve ser uma administradora de conhecimento humano. Ela não existe para o estudante exclusivamente, por isso deve antes de tudo coletar, organizar, ampliar e transmitir conhecimento. Muitas pessoas dentro da UFSC hoje não pensam assim, acreditam que a atividade universitária não preencha todo o tempo útil de sua vida.

O triângulo do Detran/SC



ZERO - SETEMBRO 93

Quem já foi ao Detran catarinense para obter um documento ou legalizar a situação do seu carro sabe o quanto custa sair de lá com a tarefa cumprida: muito tempo e paciência para enfrentar as já tradicionais filas. Mas quem entrega seus documentos aos cuidados de um despachante, se economiza no tempo, perde no bolso. E pode estar pagando coisas que nem imagina. Ou alguém sabia antes do dia 31 de julho, que, para fazer o recadastramento obrigatório do seu carro, utilizando os serviços de um despachante, teria de desembolsar 3 UFR's, algo em torno de CR\$ 160,00, para pagar uma empresa de informática de Blumenau chamada Bludata?

No dia 31 de julho, o assunto chegou aos jornais e causou polêmica. Nas matérias, apareceu como intermediário do negócio fechado entre a Associação dos Despachantes do Estado (Adotesc) e a tal de Bludata nada menos do que o próprio Detran — órgão subordinado à Secretaria de Segurança Pública (SSP), que tem como titular o coronel da PM e deputado do PFL, Sidnei Pacheco.

Resumindo o caso, o Detran assinou um contrato de comodato com a Adotesc, no dia 25 de janeiro, através do qual a Associação se comprometia a ceder gratuitamente 81 computadores, 81 impressoras e 63 estabilizadores ao Detran, para o recadastramento 93. Só que, três meses antes, a Adotesc assinou um termo de compromisso com a Bludata no qual a empresa de Blumenau é que faria a informatização dos órgãos de trânsito, pela módica quantia de 3 UFR's por carro recadastrado através dos despachantes. Em tese, a taxa deveria ser paga pelos despachantes, mas eles mesmos confessam à imprensa, exigindo anonimato, que o valor vinha sendo repassado aos usuários. Segundo a Adotesc, 95% dos serviços do Detran tem a participação de seus associados. Se esta média se manter no recadastramento obrigatório dos cerca de 1 milhão de veículos de SC, o triângulo Detran/Adotesc/Bludata vai render para a empresa de informática algo em torno de 2.850 UFR's, ou a baba de CR\$ 156 milhões 750 mil.

O caso tem alguns detalhes curiosos: 1) Até a denúncia da imprensa, o Detran não aceitava recadastramento através de despachante sem o pagamento das 3 UFR's, controlado através de um tíquete; 2) Segundo alguns despachantes, as negociações para colocar a Bludata no circuito iniciaram em novembro do ano passado, em um congresso dos despachantes ao qual estavam presentes o filho do Secretário Pacheco, Sidney Pacheco Jr., e o gerente de licenciamento e registros do Detran, Sidnei Schmidt; 3) A sala onde supostamente era feito o controle dos tíquetes de pagamento da taxa está alugada para a Adotesc, mas os fiadores são Sidney Pacheco Jr. e sua mu-



Caio César

O secretário Sidney Pacheco mostra sua irritação com o caso Detran

Na relação triangular entre Detran, Adotesc e Bludata, o dinheiro some do bolso dos proprietários de carros no recadastramento obrigatório e reaparece na conta da empresa de Blumenau. O fenômeno é investigado por procuradores e deputados, pondo em risco a permanência de Pacheco na Secretaria de Segurança Pública

lher, Zaira Rocha Pacheco, ex-secretária da própria Adotesc e funcionária-fantasma da Assembleia Legislativa; 4) Na conta telefônica de Pacheco Jr., foram encontradas várias ligações para a Adotesc e para a Bludata.

Estes e outros indícios encurralaram o secretário Pacheco em meio a acusações de irregularidades na relação Adotesc/Detran/Bludata. Pacheco negou a existência de qualquer problema na triangulação suspeita. "É tudo legal e não há ônus nenhum para o Estado", defendeu-se. Bombardeado, o titular da SSP não teve um apoio muito desenvolvido dos correligionários peefelistas. Porém, Pacheco obteve o respaldo fundamental à sua permanência no cargo: o do governador Wilson Kleinübing. "Não existem provas. Não demitirei uma pessoa honesta", sustentou o governador.

Com provas ou sem provas, o Ministério Público resolveu abrir um inquérito a respeito, colocando quatro promotores e um procurador no caso. O inquérito deve ser concluído agora, no início de setembro. A Assembleia Legislativa não ficou atrás e instalou uma Comissão Parlamentar Externa

(CPE) para investigar o assunto.

De 31 de julho até o dia 24 de agosto, o caso Detran fez uma vítima: o gerente de registros e licenciamento, tenente Sidnei Schmidt, afastado do cargo para sofrer um inquérito administrativo. Sidnei foi o único dos homônimos a ser pego com a boca na botija, em duas oportunidades. Primeiro, ele admitiu que encaminhava as pessoas que o procuravam no Detran atrás da segunda via do seguro obrigatório a uma empresa privada, a Sinforme. Além disto, o tenente assinou um documento enviado às Ciretrans, no interior, orientando os órgãos regionais a não aceitarem recadastramento via despachantes sem o tíquete de pagamento das 3 UFR's da Bludata. O documento com o autógrafo de Schmidt desmentiu o secretário Pacheco, que insistia em afirmar que o pagamento do tíquete era opcional e nunca foi controlado por funcionários do Detran. O tenente dançou. Por enquanto, só ele.

Existem duas taxas para o mesmo serviço

As taxas do recadastramento obrigatório dos carros catarinense não se restringem às 3 Ufir pagas à Bludata por quem utiliza os despachantes. São cobradas também 8,1 Ufir por recadastrado, tanto no balcão do Detran como através dos serviços especializados de um despachante. Até o fim de julho, esta taxa havia rendido ao estado mais de CR\$ 155 milhões, fruto dos 500 mil veículos já cadastrados. Porém, parte dos serviços cobrados nestas 8,1 Ufir não são usados pelos proprietários dos veículos.

A taxa foi criada por lei estadual aprovada na Assembleia Legislativa com base em um projeto de recadastramento feito pelo Centro de Informatização e Automação de SC (Ciasc), que incluía no trabalho a participação dos correios e alijava do processo os despachantes. Assim, se criou a taxa de 8,1 Ufir: 2,5 para os correios, 5,5 para o Ciasc, como pagamento dos serviços. Porém, o projeto do Ciasc não foi colocado em prática porque o secretário de Segurança Pública, Sidnei Pacheco, duvidou da segurança do sistema, no qual as informações seriam prestadas pelo próprio dono do carro. Foi assim que a Adotesc e a Bludata tiveram de enfim no circuito do novo processo de recadastramento.

Como a lei estadual que instituiu as 8,1 Ufir não foi revogada, apesar do projeto original ter sido descartado, o dinheiro é recolhido até hoje. "Estávamos descumprindo a lei se não estivessemos cobrando a taxa", argumenta o diretor do Detran/SC, Walmor Backes, tenente-coronel da PM. Segundo ele, os recursos serão usados para equipar o Detran e as polícias civil e militar.

Paulo Olívio

Enquanto a sociedade convive com uma economia instável, muitos segmentos se aproveitam da situação tornando-se "sócios da inflação". Os bancos provavelmente são os maiores beneficiados com a desvalorização diária da moeda. No primeiro semestre de 93, o Bradesco, maior banco privado do país, lucrou US\$ 161 milhões e o Nacional simplesmente dobrou o seu lucro em relação ao mesmo período do ano passado. A receita é simples: quanto mais inflação mais lucro. Isso porque a ciranda financeira tornou-se o último refúgio de pessoas e empresas para protegerem o seu dinheiro da desvalorização. Os bancos lucram com os juros, com as taxas especulativas e a remuneração com a transação do capital financeiro.

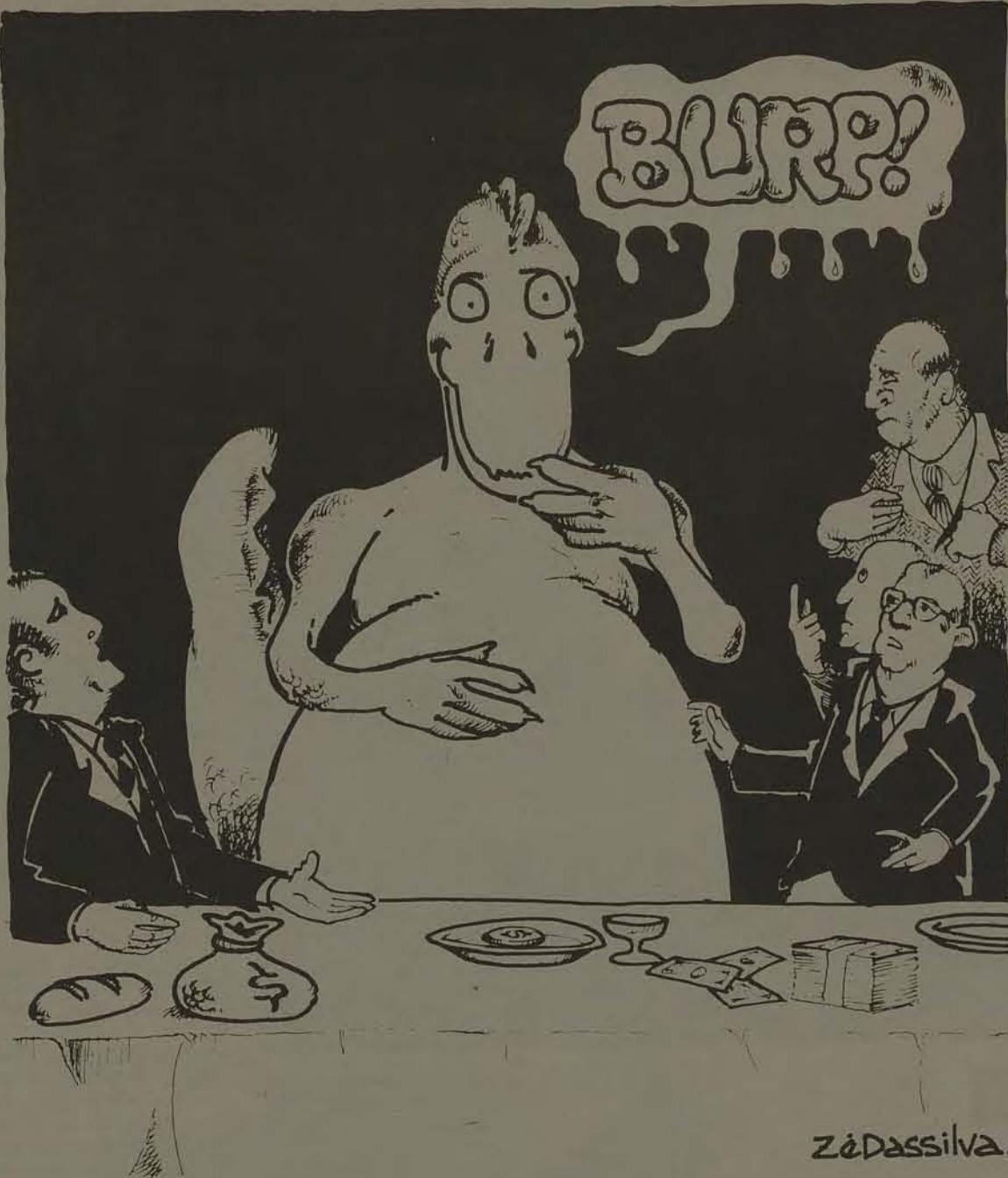
Acompanhando os bancos estão os investidores do sistema financeiro dobrou a sua participação no Produto Interno Bruto brasileiro. As vantagens são tantas que muitos investidores têm captado dinheiro no exterior. Lá a taxa anual de juros é, em média, menor que no Brasil. Eles argumentam que essa captação é para investimento. Mas o que se constata é que desde a década de 80 tem havido pouco investimento na parte produtiva da economia.

Outro sócio da inflação são os oligopólios. Os laboratórios farmacêuticos, por exemplo, aumentaram os seus produtos em média 190.000% num período de 32 meses, quando a inflação acumulada foi de 26.687%. O governo, no início do ano, tentou abrir processos contra os laboratórios acusados de aumentos abusivos para conter os reajustes. "Os oligopólios concentram o poder no seu mercado e forçam os preços com bastante autonomia", afirma o economista Fábio Gouveia, da subseção do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), do Sindicato dos Bancários de Florianópolis.

Os exportadores também têm ganho com a inflação. Em 92, elas bateram um novo recorde no valor de US\$ 36,2 bilhões, e o terceiro maior balanço comercial da história com US\$ 15,6 bilhões. O crescimento das exportações se deve à recessão que obriga os empresários a buscarem outros mercados que compensem a perda da renda interna. Eles são estimulados também pela taxa de câmbio, que está acima do normal. Outros beneficiados são empresários que regulam e determinam os preços além de exercerem forte pressão no governo, e o setor varejista que atualiza preços e dependendo do caso pode crescer rapidamente em razão do caráter especulativo do setor.

"O mês é muito longo" — Quem perde sempre são os assalariados, aposentados, pensionistas, locadores de imóveis e todos aqueles que dependem de reajuste pela inflação. O trabalhador tem o salário indexado pela inflação e recebe somente no final do processo produtivo, quando a inflação já corroeu parte do seu salário. Mesmo nas categorias com reajuste integral mensal, a perda do poder aquisitivo vai se acumulando mês a mês. Em julho deste ano o salário valia 24,32% do valor de junho de 1990.

Os aposentados e pensionis-



Zé D'Assilva.

Os alvos da inflação

tas foram os mais arrojados com o processo inflacionário da década de 80. Apenas em 91, eles passaram a ter uma política salarial e a garantia de não receber menos de um salário mínimo. O grande problema desses perdedores é a impossibilidade de defender o seu dinheiro da inflação. "Todo o dia eles pagam um imposto inflacionário", explica Gouveia. Milhões de brasileiros gastam seu dinheiro de imediato. "O mês é muito longo". **"Nem sempre"** — "O processo inflacionário é perverso e danoso para toda a economia", afirma o professor Célio Espíndola, do Departamento de Economia da UFSC. Ele, apesar de concordar que exista quem ganha com esse processo, avisa que uma inflação acelerada e permanente torna a economia complicada, chegando numa situação limite onde todo mundo passa a perder.

A participação brasileira das exportações no comércio mundial recuou ao nível de 20 anos atrás e o Brasil vem perdendo bilhões de dólares. O país não tem acompanhado a evolução do comércio internacional e seus produtos tem encontrado concorrentes fortes e avançados tecnologicamente. Em 92, o Brasil representou nas exportações mundiais cerca de 1%, mesmo nível de 1972, enquanto que em 83 a participação era de 1,5%.

Já os varejistas nem sempre ganham com a inflação. Dependendo do mercado e de onde eles estão. Quando há muita competição não ganham por causa da demanda e da concorrência em que podem estar submetidos. Certos setores, como o farmacêutico, ficam nas mãos dos oligopólios que fixam os preços. As pequenas e médias empresas são as mais prejudicadas nesse processo.

A estratégia defensiva das empresas em direção à especulação financeira provoca a falta de investimento e o atraso tecnológico. Não há o desenvolvimento da produção e a geração de empregos e de renda. A inflação muito grande passa a corroer o sistema produtivo. Os oligopólios ficam sem competitividade e os exportadores passam a ter problemas.

A economia acaba se retraindo e apenas alguns que contam com uma boa estrutura empresarial e comportamentos específicos ganham posição no mercado e conseguem se adaptar a inflação e continuar a se expandir. "Só ganha quem consegue concorrer no mercado mundial e furar as barreiras alfandegárias", afirma Espíndola.

"Quem consegue implementar?" — A solução é uma modernização competitiva com crescimento social a partir de um pro-

projeto nacional de entendimento. "É a única alternativa para estabilizar a economia e voltar a crescer industrial e tecnologicamente", explica o professor Espíndola que defende um plano trabalhando com todas as âncoras simultaneamente. "Elas devem estar interligadas. Não se ajeita a economia atacando por um dos lados", afirma. Para Espíndola, todos os segmentos devem participar do processo através de lideranças claras e alianças partidárias fortes. "O processo de estabilização não pode ser recessivo, com retração de produtividade e salário. Isto provoca um alto custo social".

O Dieese apóia uma solução que tenha como condição a melhora no padrão de vida da população. Mas, para Jorge Gouveia, não há cenário para uma estabilização. "Ninguém consegue acenar para o futuro". Existem setores que boicotam essa iniciativa pois estão lucrando com a inflação. "Não é apenas o discurso e a prática da economia que vão resolver isso. É preciso uma coalizão política", defende Gouveia, pessimista com a atitude de políticos e empresários".

Ela atira para todos os lados e poucos conseguem se salvar

Contam os trabalhadores que enquanto a inflação sobe pelo elevador o salário vai pela escada. O professor de Economia, Célio Espíndola, explica que o salário médio do trabalhador nunca chega aos 100% previstos no início do mês e a tendência é diminuir o período de reajuste. "A média que a inflação cresce a indexação reduz o intervalo de reajuste", afirma. Hoje já existem empresas com intervalo quinzenal. Tudo isso vai depender do poder de barganha de cada categoria. Segundo Gouveia, são poucos os sindicatos que têm força. "A conjuntura de recessão afasta o trabalhador da mobilização, pois o problema agora é manter o emprego. Ele explica também que a inflação é um mecanismo utilizado para quebrar o valor do salário.

Mas, para o professor, num determinado estágio da inflação todos começam a perder. A grande parte dos investidores, no ano passado, por exemplo, perdeu para a inflação de 92, sobretudo aqueles que aplicaram em ativos de risco. O índice do IGP-M foi de 1174,47%, enquanto que o fundo e o ouro renderam 1090% e os índices das bolsas do Rio de Janeiro e São Paulo ficaram perto dos 1000%. Quem se deu bem foi quem aplicou em CDBs (1407%), fundo de renda fixa (1381%) e a poupança (1234%). Além disso muitos investidores tiveram prejuízos com o dólar em razão do comportamento descontrolado da moeda por causa da inflação.

Quanto aos bancos, o professor Espíndola explica que quando há longos períodos e independentes, em razão da inadimplência dos devedores. Esse é o motivo pelo qual não se faz financiamentos a longo prazo e para poucas pessoas ou empresas. Mesmo assim a maioria dos bancos espalha suas agências pelo país.

Victor Carlson

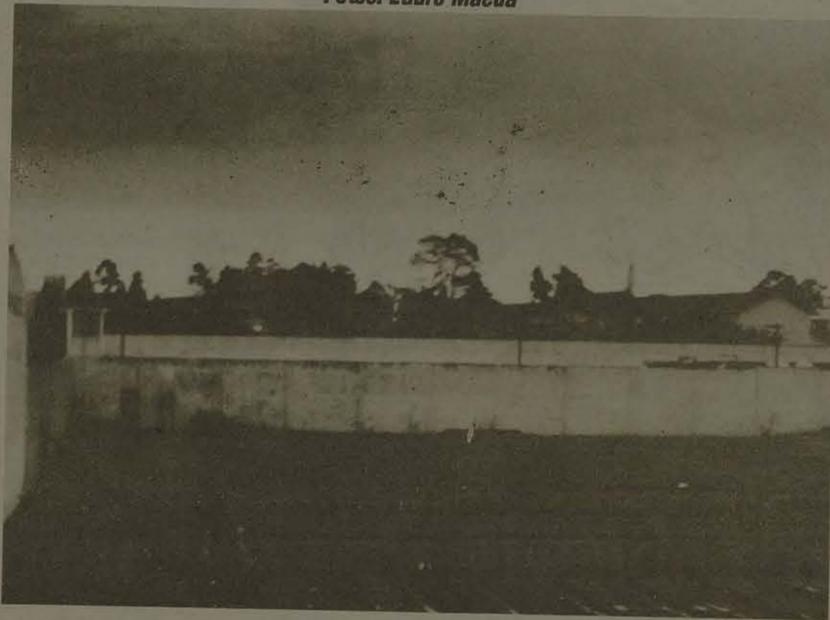
Sistema mantém fábrica de bandidos

ZERO - SETEMBRO 93

SETEMBRO 93 - ZERO

Centro São Lucas se esforça, mas mudança de comportamento não interessa aos menores infratores

Texto: José da Silva Júnior
Fotos: Lauro Maeda



Diógenes Botelho

No Centro Educacional São Lucas, que abriga menores infratores, só fica quem quer. Apenas no primeiro semestre desse ano, 55 menores conseguiram driblar a segurança e escalar o muro de quatro metros que os separava do resto do mundo. Os muros do São Lucas mais parecem um corredor: alguns menores, após fugirem, retornam na calada da noite apenas para resgatar outros internos. Às vezes, esses autênticos grupos de busca conseguem resgatar outros menores, dominando os monitores e forçando-os a abrir os quartos. Quando não completam a missão, os invasores presenteiam seus amigos com armas, para viabilizar outras evasões. Essas frequentes e inusitadas visitas ao São Lucas culminaram em um protesto dos funcionários, que suspenderam as atividades no dia 21 de julho, após mais uma invasão. Depois desse dia, a segurança no prédio foi reforçada, com a reativação das torres sentinelas e a permanência constante de uma viatura da Polícia Militar no portão central do São Lucas. Mesmo assim, as fugas continuam.

O principal responsável pelo motim dos funcionários do São Lucas atende pelo apelido de Dentinho. Para o mundo dos adultos, ele é A.S., 15 anos, natural de Itajaí, preso por furto em outubro de 1991, condenado a três anos de internação e foragido desde maio desse ano. Na madrugada que antecedeu a paralisação, Dentinho e seus amigos foram vistos invadindo o Centro para entregar um revólver a um interno. No dia seguinte, a PM revistou todos os quartos, mas não encontrou a arma. Na semana anterior, a turma de Dentinho já havia invadido o São Lucas, quando arrombaram a marcenaria do Centro para furtar ferramentas que pudessem servir como arma. O menor A.S. só foi recapturado no dia 20 de agosto, mais de um mês depois da manifestação que havia provocado.

Agora, Dentinho voltou a ser mais um dos 45 menores infratores internos no São Lucas. Suas liberdades dentro do Centro estão mais limitadas. Como

todo adolescente que chega ao São Lucas ou que retorna após uma evasão, ele se instalou no Nível 1, onde fica a maior parte do tempo trancado no quarto. Semestralmente, os internos são avaliados pelos monitores e pelos assistentes sociais. Nessas avaliações os menores têm a chance de escalar os níveis de internação, o que lhes concede maiores regalias. No Nível 4, o mais alto, os adolescentes podem sair uma vez por mês e até trabalhar fora. Apesar disso, nenhum interno está trabalhando atualmente.

Localizado em São José, na Grande Florianópolis, o Centro São Lucas é o único abrigo em Santa Catarina para menores infratores. Além dos 45 internos já condenados, o prédio acolhe 19 adolescentes do Centro de Internação Provisória (CIP), que aguardam a sentença do juizado de menores. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a pena máxima não pode ultrapassar o limite de três anos. Apenas os menores acima de 12 anos podem ser internados no Centro. Alguns, que entram no São Lucas às vésperas de completar 18 anos, cumprem sua pena já na maioridade.

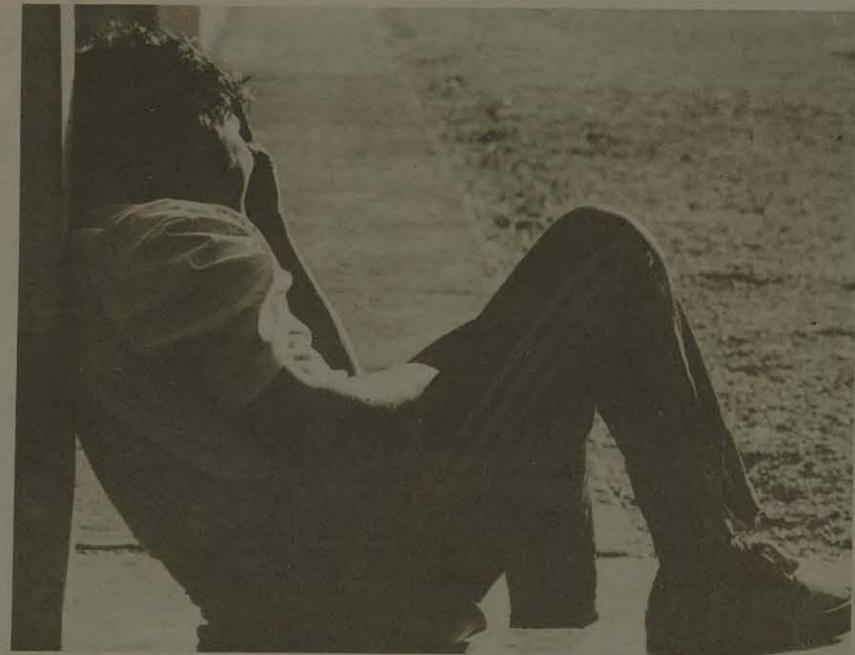
O coordenador técnico da instituição, Otávio Fraga, resume o objetivo do Centro como "uma imposição de limites para os internos". Fraga percebe que a maioria dos infratores internos possui seus próprios valores morais. "Grande parte desses menores nunca manteve qualquer tipo de relação afetiva. Logo, eles não sentem falta disso. Aprenderam a viver sem precisar do carinho de alguém", diagnostica.

A assistente social Cristiane Claudino de Oliveira, que trabalha no Centro há quatro anos, prefere questionar o título "reformatório". Para ela, a existência da instituição é obrigatória, mas detecta erros no tratamento dos menores. "Todos eles são colocados juntos, sem que seja levado em conta o passado de cada um. Dessa forma, o menor afastado da fa-

mília inicia um convívio com elementos bastante perigosos", critica. Assim, o propósito do Centro Educacional acaba sendo adulterado: "na verdade, isso aqui é uma fábrica de bandido", redefine. Cris, como é chamada, atende cada interno individualmente duas vezes por mês. Nessas entrevistas, ela percebeu o principal problema do adolescente infrator que pensa em trabalhar: fugir do incômodo rótulo "ex-Fucabem".

Dentro do São Lucas, os monitores são os funcionários mais vulneráveis às alterações no comportamento dos internos. O acompanhamento ininterrupto aos menores já os transformou em reféns para fugas (veja boxe). Além da falta de segurança, o salário também não estimula. O monitor Aderbal da Silva Júnior, com nove anos de casa, recebia em julho cerca de R\$ 4,3 mil. A carga horária é outra peculiaridade do Centro: cada monitor trabalha 24 horas seguidas e folga 72. Todas essas dificuldades no trabalho da monitoria provocaram um êxodo no Centro São Lucas. Dos 56 funcionários ligados à monitoria, 14 se demitiram apenas nesse ano. Tanto descontentamento faz os monitores repensarem sua função. A assistente social Cris de Oliveira admite que muitos funcionários não acreditam na recuperação dos menores infratores. O pensamento desse grupo, segundo Cris, se resume na frase "é tudo bandido, mesmo".

Dentinho é o tipo de infrator que faz com que frases desse tipo se tornem cada vez mais frequentes entre os funcionários do São Lucas e entre a população. O menor A.S., enquanto permanece interno, não demonstra interesse em trabalhar na horta ou na marcenaria do Centro. Como a maior parte dos adolescentes do São Lucas, prefere passar o dia em frente à tevê. Eles conversam pouco entre si, mas brigam muito. Também comem muito. Dentinho tem direito a seis refeições diárias, o que lhe assegura energia suficiente o bastante para saltar os muros do São Lucas toda vez que isso lhe passar pela cabeça.



Temido e respeitado pelos comerciantes de sua cidade

Vivendo e não aprendendo

Rodriguinho já tem seu projeto de vida: ser traficante

O menor R.D. é um dos poucos internos do Centro São Lucas dentro do estilo **meninos de rua**, o problema social mais em moda atualmente no Brasil. R.D. foi condenado a um ano de internação devido a furtos e pequenos roubos praticados em Criciúma, uma das cinco maiores cidades do estado e distante 200 quilômetros de Florianópolis. Com o apelido de Rodriguinho, ele se diz temido e respeitado entre os comerciantes de sua cidade, que fazem algumas concessões para que não se cumpram as constantes ameaças de arrombamento. Rodriguinho garante que sempre sai das lojas com algum "presente" dos lojistas, que tanto pode ser em mercadoria ou em dinheiro.

Faltam apenas dois meses para Rodriguinho cumprir sua sentença no São Lucas. Ele até já decidiu qual será a primeira coisa que fará ao retornar à sua cidade: fumar um baseado. Outro sonho seu, confessa, seria acertar na loteria. Caso ficasse rico da noite para o dia, Rodriguinho iria ceder a seu lado assistencialista: "se eu ganho na loteria, monto uma refinaria de cocaína só para distribuir pó para quem não tem grana para cheirar", promete.

Rodriguinho tem o vírus HIV, mas ainda não manifestou os sintomas da Aids. Apesar dos exames comprovarem a doença, ele tem outra versão para esse "boato". Rodriguinho diz que essa história de Aids começou depois que ou-



R.D. sente falta do baseado

tro menor do Centro, também infectado, lhe fez sexo oral durante o banho. Ele relata isso rindo, ciente dos benefícios que a condição de aidético traz a seu **marketing** de menino de rua. No São Lucas, a Aids é uma questão omissa: o interno só faz o exame se quiser. No caso do menor R.D., o vírus já havia sido detectado antes da internação.

Como todo interno que se preza e que se considera malandro, Rodriguinho também já conseguiu fugir do São Lucas. Ele conta que, "lá pelos meses de maio", um outro interno lhe chamou para sair do Centro, forçando caminho com uma pistola 45 que afirma terem achado no banheiro do

São Lucas. Após simularem uma briga, dominaram um monitor (ou **deram um güento**, segundo sua própria linguagem), até saírem pelo muro dos fundos. Um mês depois, o menor R.D. retornava à internação, trazendo uma bala calibre 38 alojada no braço esquerdo, como "recordação" de sua curta liberdade. A PM o recapturou enquanto arrombava um cofre em Palhoça, na grande Florianópolis.

Por enquanto, Rodriguinho pretende administrar seu tempo no São Lucas. "Não vou mais tentar fugir. Não dá para vacilar, daqui a pouco eu já vou ser liberado". Quando retornar a Criciúma, vai continuar exercendo sua especialidade, o furto. Ele diz ter um compromisso com alguns membros de sua família que trabalham como receptores das mercadorias que rouba. Aos 17 anos, Rodriguinho não espera levar o resto da vida só com pequenos furtos. Seu projeto de vida inclui o tráfico como atividade principal. Ele até já sabe como deverá se comportar para que seu negócio prospere: "é só botar alguns menores para **fazer as transas** de um jeito certinho, que aí tu não cai nunca. Se os guris forem presos, eles **dão um tempo** na internação e voltam para trabalhar mais tarde", ensina. Mesmo depois de adulto, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem tudo para ser o grande escudo na vida de Rodriguinho.

Salto para a liberdade

Os muros do São Lucas (acima) não impedem que os menores consigam fugir, muitas vezes com o auxílio de autênticos grupos de resgate. O Centro mantém atividades como uma horta e a marcenaria (ao lado), mas poucos internos participam. No São Lucas, os menores têm direito a seis refeições diárias (abaixo), e decoram os quartos com recortes de jornal sobre seus crimes (abaixo, à dir.). Para eles, essas notícias são como uma carteira de identidade.



Cristiane: detectando falhas

Shopping popular cresce com recessão e atíça comerciantes

Desempregados e migrantes fogem da crise vendendo cigarros e fitas piratas, escapando da fiscalização

Texto e Fotos: Jaime Moraes

Há três meses, a febre é vender cigarro



Comerciantes da Conselheiro Mafra são os mais prejudicados



Os ambulantes invadem as principais ruas de Florianópolis

Lonas de plástico pelo chão funcionam como vitrines, e caixas de madeira à tiracolo substituem os balcões de vidro. Em vez de lanchonetes e restaurantes requintados estão carrinhos com cachorro-quente, pinhão e pipoca. Os vendedores não são rapazes de gravata ou moças deslumbrantes, mas velhos, crianças, deficientes, homens sisudos e mulheres grávidas. Com a marca da improvisação o "shopping ambulante" da Conselheiro Mafra, no Centro de Florianópolis, é o reverso dos shopping centers onde tudo, até os mínimos detalhes, é bem planejado para induzir o visitante a comprar.

No shopping popular, que cresce proporcionalmente ao aumento do desemprego e da recessão, os próprios produtos revelam o caráter efêmero da atividade de ambulante. Ali vende-se cigarros, isqueiros, agulhas para desentupir fogões, meias que podem durar um inverno, calculadoras e relógios, em sua maioria descartáveis. É comum durante o dia, de um momento para o outro, os vendedores juntarem suas lonas, caixas e sacolas às pressas, para não terem suas mercadorias apreendidas pela fiscalização municipal.

Nessa atividade, tanto os produtos como os vendedores, podem permanecer maior ou menor tempo no mercado. Júnior dos Santos Gomes, por exemplo, voltou a Florianópolis em janeiro, depois de 10 anos morando em Goiás, e começou a trabalhar vendendo bebidas nas praias. Com a febre do cigarro barato, que iniciou há três meses, ele veio para a Conselheiro Mafra. Mas já está pensando em deixar a venda de cigarros "porque está caindo muito". Já Maurílio Luiz da Cruz, de 51 anos, é o mais antigo vendedor da praça. Com a venda de cigarros ele consegue ganhar até 20 mil cruzeiros reais em um mês. Durante 47 anos trabalhando como ambulante ele já vendeu de tudo. "Só não vendi roupas, porque sou muito conhecido e não quero me complicar com os comerciantes".

Para alguns ambulantes ganhar mais ou menos neste ramo, depende da sorte e do produto oferecido. Renato da Silva vende relógios com preços que vão de 200 cruzeiros a dez mil e explica que muitas pessoas compram um relógio barato a cada seis meses até conseguirem fazer economia para comprar um relógio de melhor qualidade. Ele consegue vender até seis relógios em um dia e ganha de 30 a 50% em cada relógio. Mas apontando para outro vendedor alguns metros mais adiante, diz: "ele não vende nada

há três dias". Renato veio de São Bento do Sul para Florianópolis e como o salário era ruim ele trocou a profissão de mecânico de tecelagem pela de vendedor ambulante. "Com três salários mínimos não dá para sustentar a família e como ambulante se não dá para ficar rico, ao menos dá para comer e comprar roupas e calçados". Renato também teve sorte porque até agora a sua mercadoria só foi apreendida pela prefeitura uma vez, em janeiro passado, quando teve que pagar um milhão de multa para receber tudo de volta.

A venda de fitas é um bom negócio na temporada, admite Ivete Bittencourt, que trabalha há nove meses em Florianópolis. Ela veio de Canoas, RS, mas seu marido já trabalhava aqui há quinze anos. Nesta época do ano Ivete consegue vender de cinco a oito fitas em um dia, por trezentos cruzeiros cada uma. Além da venda de fitas, a família (Ivete, o marido e dois filhos de três e cinco anos) recebe um pecúlio de CR\$ 2.800,00 por mês pela deficiência de seu marido, que usa uma perna mecânica. A principal preocupação de Ivete é com a possibilidade de serem expulsos da Conselheiro Mafra. "Se tirarem a gente daqui, como vamos sobreviver?", indaga.

A fiscalização municipal começou a endurecer depois que o Clube dos Diretores Lojistas e a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis decidiu exigir da prefeitura a retirada dos ambulantes da Conselheiro Mafra. Os lojistas acusam os ambulantes de fazerem concorrência desleal porque não pagam impostos sobre as vendas. Eles também pediram à Secretaria de Segurança Pública que auxilie na fiscalização e na repressão aos ambulantes.

O vendedor de meias, Luiz Antonio Teixeira, concorda que a prefeitura deveria legalizar a atividade dos ambulantes, porque "é mais barato pagar os impostos do que as altas multas cobradas". Luiz Antonio teve a mercadoria apreendida três vezes só no mês de junho e pagou 12 mil de multas para ter a mercadoria de volta. Ele não se intimida com as ameaças da fiscalização, mas fica irritado quando os policiais vêm junto e começam a atirar gás nos ambulantes. "O prefeito não devia fazer isso porque a gente não está fazendo nada de errado. Não estamos roubando, estamos trabalhando para viver". Outro que não se assusta com a repressão é Dilmir Pedro, ambulante há 20 anos. "Se eles fizerem pressão a gente quebra todas as lojas".

Memórias da 2ª Guerra

Ambrósio foi lutar contra compatriotas de seus bisavós, mas acabou indo visitar o Papa

Em 1942 o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália e o exército brasileiro recrutou os rapazes que tinham nascido no ano de 1920. Ambrósio Schmitt, morador do município de Antônio Carlos, foi um deles. Abandonou o trabalho na roça e foi servir. No dia 26 de janeiro de 1945, Ambrósio se despedia dos pais, da namorada Luzia e dos amigos, sem a certeza de que voltaria a vê-los. Estava indo para a guerra na Itália, lutar contra os compatriotas de seus bisavós, os alemães.

Hoje, sentado no sofá da pequena sala na casa onde mora com a esposa Luzia, a filha mais moça, o genro e dois netinhos, Ambrósio conta o que ainda lembra dos tempos da guerra. Com um mapa na mão, vai mostrando a rota que fizeram até chegar na Alexandria, região da Itália onde foram incorporados ao 11º Regimento de Infantaria. "Quando nós chegamos era tarde da noite e um general disse: ainda bem que vocês chegaram porque nós tamo aqui com pouca segurança. Aí nós ficamo lá".

O escalão onde Ambrósio estava incorporado ficou na retaguarda e alguns rapazes aproveitaram para ver o papa Pio XII, que dava a bênção todos os dias, à uma hora da tarde. Ambrósio conta entusiasmado que ele e os companheiros foram para Roma mesmo sem a ordem oficial do capitão. Eles pediram, mas o capitão disse que não podia dar permissão e recomendou que fossem assim mesmo, alertando que se acontecesse alguma coisa o azar seria deles. Relembrar o momento da visita ao papa deixa Ambrósio ainda mais entusiasmado. Ele diz que estavam esperando numa capelinha no segundo andar do Vaticano quando um cardeal brasileiro entrou e pediu a um sargento, também brasileiro,



Dos nove meses na Itália vieram lembranças que não se apagam

que contasse os soldados do Brasil presentes na capela. "Se tivesse mais de quarenta o papa ia falar em português. Aí o sargento contou e tinha quarenta e dois", lembra Ambrósio. À uma hora o papa chegou e conforme o combinado falou em português durante quinze minutos. Depois deu a bênção a cada um dos soldados presentes, que ajoelhavam e beijavam seu anel.

A bênção especial aos brasileiros parece ter surtido efeito. Depois de três meses na Itália, Ambrósio e seus companheiros receberam a notícia de que os alemães tinham se rendido. Ele concorda que os alemães só se entregaram quando os brasileiros tomaram as linhas de frente. "Era coisa de se admirar. Eles não queriam se render para os americanos, eles queriam se render para os brasileiro. E os americano ficaram até de lado, deixaram os brasileiro combater".

Houve uma época em que Ambrósio se denominava fascis-

ta. "Nós era fascista mas obrigado né, porque o pessoal da cidade vinha aqui e traía o pessoal daqui". "O pessoal da cidade" de que Ambrósio fala são os integralistas que em 1935 venceram quase todo mundo em Antônio Carlos com as suas idéias. Ambrósio lembra que eles tinham reunião uma vez por semana e que marchavam pela estrada com camisas verdes "que nem louco". "Teve um aqui que até casou com a roupa dos integralistas". Para Ambrósio, os moradores de Antônio Carlos foram enganados. "Eles falavam bonito pro pessoal daqui, mas era tudo ao contrário. Lá na Alemanha era outra coisa. Era um tipo de comunismo, porque eles proibiam a religião". Ambrósio diz que na guerra conversou com alguns alemães que não concordavam com Hitler, mas que não podiam se manifestar.

A esposa Luzia lembra das cartas que recebia quase toda semana de Ambrósio e diz:

"Quando fui pra linha de frente os alemães se renderam e eu não precisei atirar"



"Quando uma carta vinha a gente não sabia se ele ainda tava vivo ou não, né? Mas a gente tinha fé em Deus que nada ia acontecer". Além de escrever para os pais e para Luzia, Ambrósio também escreveu muitas cartas para soldados amigos que não sabiam ler nem escrever. "Eu escrevia até pra namorada deles. Mas eu escrevia só o que eles mandavam".

Das cartas que Ambrósio mandou para Luzia não resta uma. A esposa queimou todas a pedido do marido que não queria mais vê-las para não lembrar da guerra. Ele diz que ficou muito nervoso na guerra e depois que voltou, nunca mais gostou de se divertir. "Era muito triste. Eu vi soldado chorando dentro do navio que levava nós pra Itália porque por duas ou três noite nós fomos procurado pelo inimigo por submarino. E o aparelho acusava só dois ou quatro quilômetro retirado do navio". Ambrósio não lembra o nome do navio mas diz que o número era 116 e que tinha 300 metros de comprimento por setenta de largura. "Ah, isso eu não me esqueço. Era o maior navio do mundo naquela época". Segundo Ambrósio, era um navio alemão que tinha sido capturado pelos brasileiros em Santos. Como o Brasil não tinha condições de mantê-lo, entregou-o aos Estados Unidos em troca de armamentos e caminhões.

Foi com este navio que Ambrósio voltou da guerra em outubro de 1945. Ele não chega a se empolgar quando fala da volta. Apenas diz que sua mãe ficou muito contente e que só foi ver a namorada dois dias depois, pois a família dela tinha mandado rezar uma missa em ação de graças pela sua volta. Quando Ambrósio chegou na casa de Luzia, antes da missa, ela estava na roça e seus pais mandaram chamá-la. "Os pais dela tavam lá quando ela veio. Sabe, era tudo diferente, não podia abraçar ela perto dos pais. Aí só deu a mão e perguntei se tava tudo bem e ela respondeu que sim. Era assim naquele tempo".

Ambrósio casou com Luzia em fevereiro de 1947 e teve nove filhos. Depois da guerra voltou a trabalhar na roça e a fazer melado até 1968, quando foi trabalhar na 16ª CSM (Companhia de Serviço Militar), em Florianópolis. Esse emprego, Ambrósio diz que conseguiu depois que escreveu uma carta para o presidente Castelo Branco explicando o sacrifício que passava para sustentar os filhos com o trabalho da roça "que não dava nada".

Hoje, aos 72 anos, Ambrósio toma remédios para o coração e evita trabalhos forçados. Se limita a tratar algumas galinhas que cria atrás da casa. Não reclama da vida. Acha que já teve muita sorte. "Quando fui pra linha de frente os alemão se renderam e eu não precisei atirar".



Sobra banda, falta espaço

Quem quiser sair da garagem tem que ralar muito



ZERO - SETEMBRO 93

Udigrudis, Dazaranha, Hogs, Primavera nos Dentes, Embryonic, Hoka-Hey, Motherfucker, Farady, Stonkas y Congas, Coronel Johnson, Victoria. Estes são alguns dos principais grupos musicais que estão surgindo em Florianópolis. Apesar do grande número de bandas e dos estilos diversificados que vão do heavy metal ao jazz, do blues ao reggae, o circuito musical de Florianópolis é restrito e as oportunidades de sucesso e divulgação ainda são pequenas, comparadas à produção musical da Ilha nos últimos anos.

O descontentamento com o mercado artístico é geral. A maioria dos músicos acha que não dá para ganhar a vida tocando em Florianópolis. Por isso, poucos são os que se dedicam totalmente às suas bandas. Muitos trabalham em outros ramos ou estudam. Este é o caso de Zé Caetano, baterista da banda Dazaranha. "Eu faço o curso de Agronomia e trabalho numa loja de agropecuária, porque não dá para viver só de música".

O radialista Pena, produtor e apresentador do programa Sincronia Total, da Atlântida FM, também está descontente. Pena já abriu caminho para muitas bandas de Florianópolis, apresentando-as no ST. "Pintou uma nova safra de bandas bem legais. Gosto do Dazaranha, do Stonkas, do Victoria e do Udigrudis. As bandas que estão fazendo trabalho próprio é que eu acho legais. Tá pintando muita gente boa, mas viver de música em Floripa é difícil, porque o circuito é bem pequeno aqui. Mas tem que continuar a insistir. Tem só três ou quatro bares que têm música ao vivo, os cachês são bem pequenos ainda, e profissionalmente a coisa é muito fraca. Mas eu tenho a esperança que vai crescer, eu dou a maior força".

Os músicos freqüentam os lugares de acordo com seu estilo musical. Mas, na festa de lança-

mento do jornal Futio-Indispensável, no dia 23 de julho, no Kasbah, músicos de todos os estilos se reuniram para prestigiar as bandas Coronel Johnson e Dazaranha. O Dazaranha é uma das bandas de maior sucesso atualmente em Florianópolis. Destaca-se das demais bandas por fazer uma música original, que mistura ritmos afro-brasileiros com funk, jazz e até um violino clássico, que dá um toque especial. "Estou aqui porque o Dazaranha merece todo o apoio, eles têm um som muito original", afirma Zé Luís, baterista da banda de thrash-metal, Motherfucker.

"O Dazaranha é a banda que tá abrindo o caminho para outras como a minha. É a primeira banda de Floripa que tem identidade própria, que faz som sem se espelhar em quem quer que seja", diz o baixista da banda Hogs, Saulo "Butch" Reis. Os integrantes do Dazaranha estão curtindo o sucesso que fazem na Ilha, mas não deixam de se preocupar com o futuro. "Só vai dar pra viver de música quando a gente se organizar e der um rolê pelo Estado e pelo País, pra pegar uma carga boa, né? Porque senão nós vamos morrer tudo aqui no Kasbah, ganhando um mil cada um, por noite", diz o letrista e guitarrista da banda, Moriel. O vocalista e também letrista Gazú acredita que dias melhores virão. "Por enquanto, o que tenho feito é tocar na noite e me divertir com o povo inteiro. Está surgindo uma nova geração de músicos na Ilha, que tá prometendo. Esqueci o nome do pessoal, mas acredito no potencial de todo mundo".

Outra nova banda que surgiu na cidade nestes últimos meses é a Coronel Johnson. Vocal, guitarra, baixo e bateria fazem um blues básico, mas caprichado. "O nosso futuro é promissor. Nós queremos 'backing vocals', naipes de metais, teclado. A banda tá começando agora, mas a gente vai rolar muito blues aí. E blues-rock também. Pena que em Floripa o mercado musical tá baixo. Mas com uns bicos aqui, uns bicos ali, ganha uma grana, né? Rock'n'roll é diversão, a grana pra mim é se-



cundária", diz o guitarrista e estudante de jornalismo, Ulysses Dutra. "O músico é um cara ralado, pra não dizer outra coisa", confessa o baterista Luciano Pi, garantindo que "viver de música é meio humilhante, mas dá pra defender uns trocados".

A banda Udigrudis faz rock'n'roll no melhor estilo Rolling Stones e agrada principalmente o público mais jovem. Duas de suas músicas já foram lançadas nas FMs de Florianópolis, mas a banda também faz covers de Jimi Hendrix, The Doors, Rolling Stones e Beatles. "Não dá pra ser músico profissional. Dá pra ganhar um dinheiro pra tomar cachaça, dar risada e azarar a mulherada", explica Márcio, guitarrista da banda. Para o ex-baterista do Udigrudis, Jeferson, é muito fácil ganhar dinheiro sendo músi-

co. "É só saber tocar e administrar bem a coisa, tem gente que consegue, eu conheço muita gente que faz isso".

Outra banda que está sendo bastante comentada, apesar das poucas aparições que fez até agora, é a Hogs. Seu show no Rock Garagem, festival que reuniu diversas bandas de Florianópolis, foi um dos mais elogiados pelo público. A banda atraiu o público com suas músicas pesadas e de melodia forte, e pela presença imponente do baixista Butch. "No Hogs todo mundo pensa um monte de coisa diferente e a gente tenta fazer uma coisa mais ou menos igual. Não me preocupo se eu vou viver de tocar. Se der, é do caralho, se não der, eu vou continuar rindo", fala Tunga, guitarrista da banda. O vocalista Jean é otimista em relação às novas bandas que estão surgindo. "Acho que o rock'n'roll está sendo muito bem difundido por estas bandas todas que estão nascendo. Eu acho que a galera tá muito bem. Quem tá na garagem tem que sair, tem que procurar os espaços e batalhar. Todo mundo é bom".

Ricardo "Azamba", baterista da banda Wads, sintetiza o pensamento de qualquer músico: "Não dá pra viver de música, dá pra viver 'com' música. É só uma questão de preposição".

Poucos bares têm som ao vivo

Os únicos bares da cidade que oferecem música ao vivo periodicamente são o Berro Cover, o Ponto de Vista e o Lugar Comum. O Berro Cover, próximo à UFSC, promove shows de bandas de rock locais toda sexta e sábado. O local é pequeno para o grande número de jovens e adolescentes que invade o bar nestes dias. Um palco pequeno, um balcão de bebidas, uma sacada com mesas, decoração simples e muito empurra-empurra é tudo o que o Berro tem para oferecer. Mas a entrada e a cerveja são baratas, e o público que costuma freqüentar o local faz de tudo para ouvir uma boa música.

O lugar Comum é freqüentado por um público de mais idade e que aprecia o jazz. Localizado na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, o Lugar Comum é um dos poucos bares da cidade que oferece serviço de cozi-

nha até de madrugada. Bons músicos de jazz da cidade costumam apresentar-se ali, onde é cobrado um pequeno couvert artístico. O bar tem uma decoração bem rústica e aconchegante. As largas janelas permitem uma ótima vista do mar e da ponte.

O Ponto de Vista fica na Barra da Lagoa, com uma bela vista para a Lagoa da Conceição. Regularmente apresenta exposições de pintura e fotografia. É o bar mais eclético da cidade, pois apresenta grupos de estilos variados, como jazz, rock e música pop, todas às quintas. O público que freqüenta o Ponto de Vista é de maior poder aquisitivo. O couvert artístico geralmente é caro e as bebidas, idem. O bar é de difícil acesso para quem não tem carro e, à noite, os ônibus são raríssimos para a Barra.

Adriana Martorano

Zininho de amor à Ilha

“Jamais algum poeta teve tanto pra cantar”

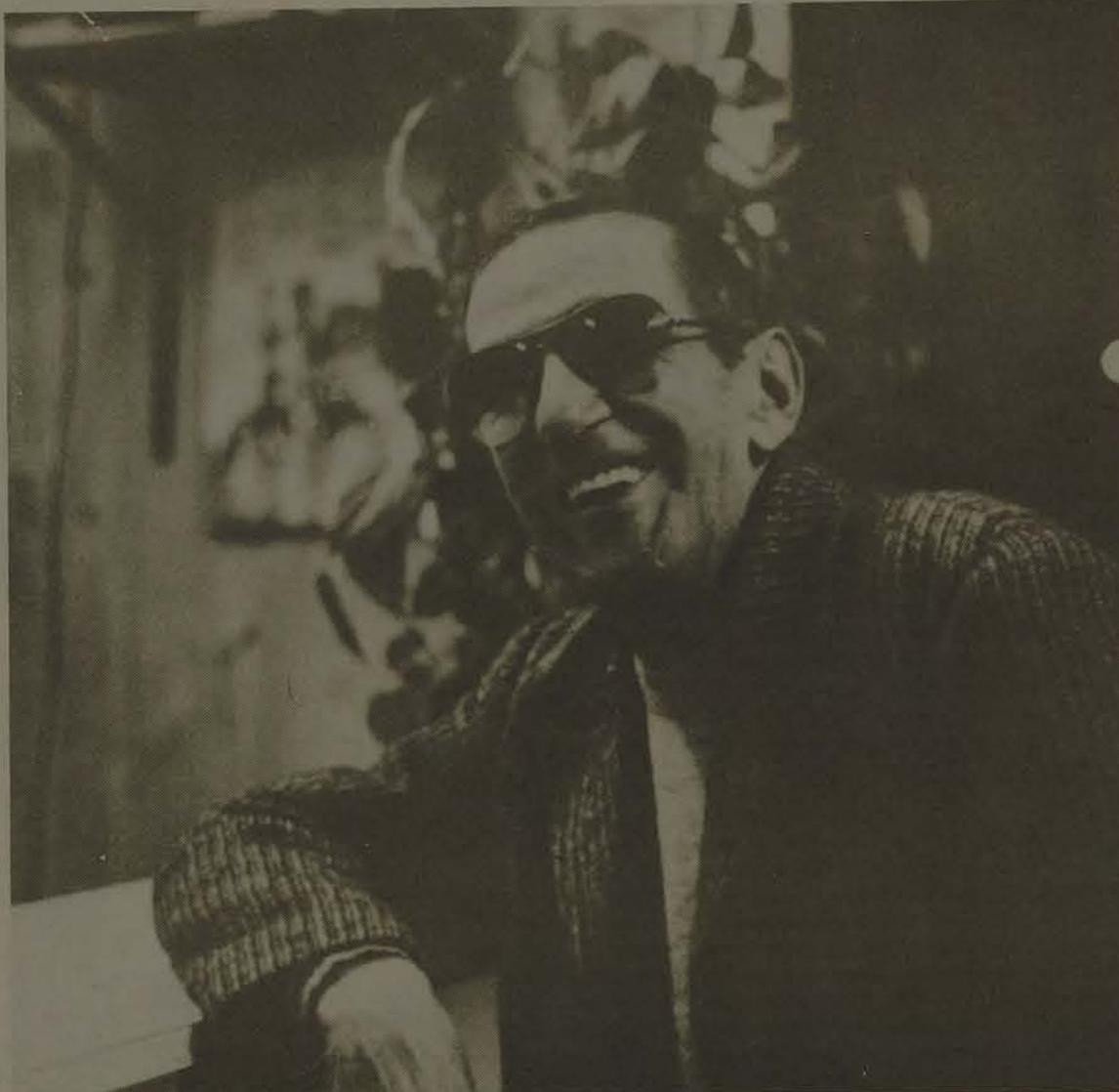
Zininho tinha 15 anos e estava apaixonado por uma jovem ilhoa. Ele morava no Balneário, Estreito. Ela morava “do lado de lá da ponte”, na Ilha. Invariavelmente o rapaz perdia o último ônibus, à noite. Desprezava o horário e se entretinha no namoro. Tinha que voltar a pé. Uma tarde ele ousou, convidou a moça para fugir. Ela recusou. O herói que chegou a botar um pijama no pacote, aproveitou o embulho e foi pro sul do Estado. Ficou andando de trem de uma cidade para outra. Na “fossa” saiu sua primeira composição. O nome ele nem recorda mais. “Só sei que era gênero dor de cotovelo”.

Horzino; Zininho. Do nome de batismo surgiu o apelido. “Um parente “amigo da onça deu essa sugestão” conta. O pai, na última hora mudou de idéia. Registrou o filho no cartório do Estreito como Cláudio Alvim Barbosa. Até hoje conhecido como Zininho. O nascimento foi no dia oito de maio de 1929, em Três Riachos, Biguaçu. Mas ninguém duvida da legitimidade desse ilhéu, criado no Largo 13 de Maio, na Baía Sul, hoje Praça da Bandeira.

“Foi lá que aprendi a viver, foi lá que dei meus primeiros passos, foi lá que minha cabrocha eu fui conhecer”. Deu samba. Num tributo à sua juventude Zininho fez “Largo 13 de Maio”. Por muito tempo aquele foi seu lugar predileto. No extinto Bar do Gentil (“o primeiro de minha vida”), rodeado de amigos e tomando cerveja, ele compôs algumas de suas marchinhas de carnaval, sambas-canções e, principalmente, samba.

“As vezes surgia uma idéia musical, eu começava a cantarolar e saía tudo de um jorro, letra e música. Mas, se não anotasse na hora, a canção ia embora. Muita coisa boa não voltou mais”. Para fazer suas músicas Zininho tinha que estar despreocupado. “Deixa a porta aberta”, gritou alguém de dentro da Mercearia Ori, no Abraão, final dos anos 70. “Deixa a porta aberta, qualquer dia vou voltar...”, emendou Zininho. “O resto do samba saiu ali mesmo”, lembra. Por um tempo ele chegou a andar com um gravador à tiracolo. “A musa baixava e eu já a aprisionava”.

Operador de som, sonoplasta, rádio-ator, cantor, diretor de rádio-teatro, produtor, criador de “jingles” e prefixos. Entre 1955 e 1965, nos tempos áureos do rádio em Florianópolis, Zininho fez de tudo. Não raro ele estava envolto em fios, microfones, e minutos depois se apresentava todo engravatado como cantor. O início de sua carreira foi na Rádio Guarujá, em 1949. Ele era apresentado como o “Gentleman do Samba”. Recebia convidados e cantava acompanhado pelo Regional



Rogério Mosimann

Zininho compôs seus maiores sucesso no bar, com os amigos

do Orlando Dutra, com Nabor Ferreira no clarinete. Havia fila para participar do auditório, na Praça XV de Novembro. Empolgado, Zininho inspirou-se, e mais uma vez, deu samba: “Quando ele canta é mesmo infernal/ e o culpado disso tudo é o Dib ou o Ciro Nunes/ que dizem no microfone que eu sou o tal”.

Zininho também esteve presente nos intervalos comerciais. “Que cafezinho gostoso/ caaaaaa-féééé Otto...”. Na década de 60 esse refrão pegou. Muita gente cantarolava pela cidade. “Eu fazia uns dez por semana”, conta o criador. Na mesma época fez prefixos para programas de rádio: “Amigos está no ar/ Sequências a Modelar”.

Mas sua maior criação foi o “Rancho de Amor à Ilha”. Foi daquelas músicas que “desce de uma só vez, num jato”, letra e melodia. “Depois foi só dar uma penteada na harmonia, com o pianista Aldo Gonzaga, e botá-la na pauta”. Era o último dia para a inscrição de canções no festival “Uma Canção para Florianópolis”, organizado pela prefeitura, em 1965. O compositor pensava em não concorrer, ocupado que estava com os afazeres na Rádio Diário da Manhã. Os amigos da rádio estimularam, Zininho acabou participando e a música foi a vencedora. “A própria Ilha me inspirou”, conta o poeta.

No carnaval seguinte a música foi uma das mais cantadas nos clubes da cidade. Popularizou-se e cada vez mais ia se identificando

com a Ilha de Santa Catarina. “Um pedacinho de terra perdido no mar/ Um pedacinho de terra, belezas sem par”. Em 1968, através do projeto do vereador Waldemar Filho, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pela prefeitura, o “Rancho de Amor à Ilha” tornou-se oficialmente o hino de Florianópolis. “Tua lagoa formosa/ ternura de rosa/ poema ao luar/ cristal onde a lua vaidosa/ sestrosa/ dengosa/ vem se espelhar”.

No ano passado a Fundação Franklin Cascaes organizou o Prêmio Zininho de Música Popular Brasileira. Foram selecionadas doze músicas e gravado um LP. “Hoje tem muita gente fazendo música, mas ninguém escuta, a rádio não toca e a TV não prestigia”, indigna-se Zininho. O autor de mais de cem composições (nem ele sabe quantas ao certo) vê bons nomes “sobrevivendo” de música na cidade. Carvalhinho, Maria Helena, Zequinha, Maurício Cavalheiro (seu genro), Soninha e Frank.

Hoje, aos 64 anos, Cláudio Alvim mora num condomínio chamado “Residencial Poeta Zininho”, no Abraão. Não compõe mais. “Eu vejo um comportamento que não me agrada”, e relembra o tempo em que compunha: “Fiz isso aqui. Se o povo gostar, gosta. O povo é o juiz que me interessa, não o jurado que tá na mesa na hora”.

Rogério Mosimann



SETEMBRO 93 - ZERO

Desabafo ilhéu

Zininho chegou de viagem no início do mês (09/08). Esteve visitando parentes em Senador Firmino (MG), uma cidade pequena, com cerca de dez mil habitantes. Depois de descansar dos 2500 quilômetros (ida e volta) que rodou pela estrada, o ilhéu conta uma pergunta que lhe fizeram na região central do país:

— Como é a tua cidade?

Sem hesitar ele respondeu:

— Excelente. Desde que seja pra gaúcho e argentino.

E continua indignado: — Pra mim não dá mais. Acho que somos (os ilhéus) um terço da população. Não tenho nada con-

tra gaúcho, tenho amigos gaúchos. Mas não aceito. Eles vieram devagarinho, chegaram na minha rua, na minha casa, ocuparam o meu quintal, estão ocupando a minha casa e pretendem ocupar minha cabeça.

O poeta nativo faz questão de salientar que admira a cultura dos pampas. Diz que tem livros, discos, mas não admite eles virem aqui querer implantar seus costumes. “Os nossos eles não querem nem ouvir”. Para Zininho o Boi de mamão, Terno de reis, as tradições ilhoas estão sendo esquecidas. “No aniversário da cidade fazem vanerão, rodeio, qualquer dia vão fazer um carreteiro gigante na Praça XV”, reclama.

Cartões-postais de cara nova

Entidades tentam recuperar o patrimônio cultural de Florianópolis



ZERO - SETEMBRO 93

Corredor Cultural leva arte para o centro de Floripa

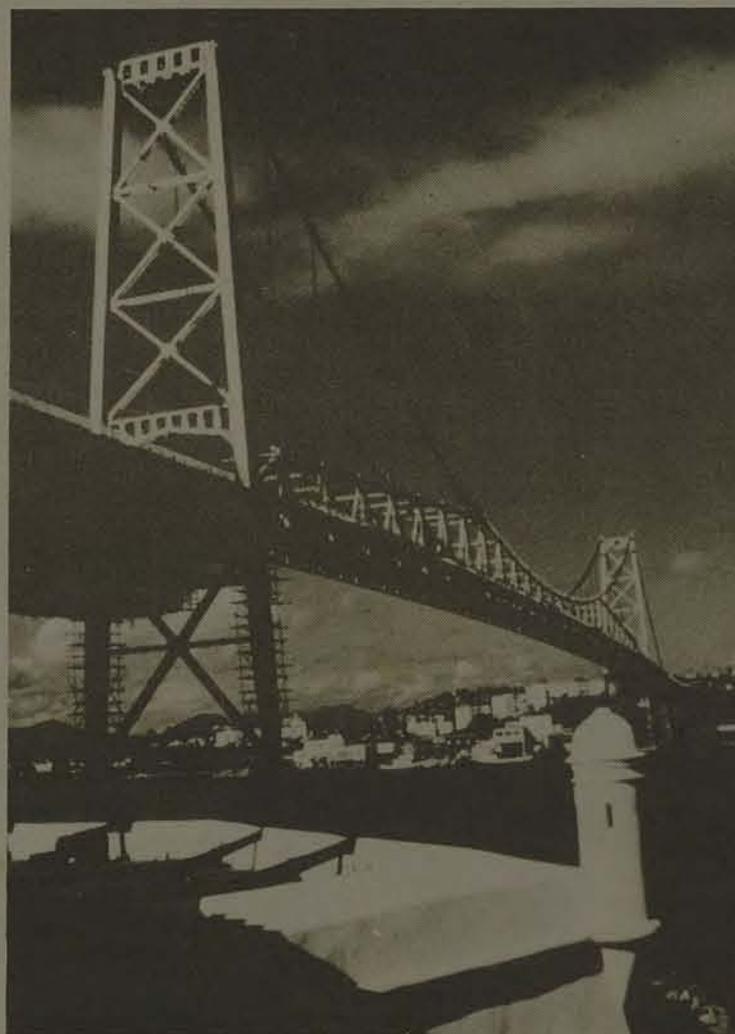
Onde antes passavam carros agora é lugar de pedestres. Pessoas que pintam, pessoas que cantam, pessoas que tocam algum instrumento ou simplesmente pessoas que passam e observam. No lugar da buzina, o violão. No lugar do engarrafamento, a exposição.

A rua Victor Meirelles, em frente à Praça XV de Novembro, foi fechada por florestas e abriga, quizenalmente, o "Corredor Cultural". A idéia surgiu na Fundação Franklin Cascaes e a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) colabora com a infra-estrutura. O coordenador de eventos comunitários da Fundação, Décio Bortoluzzi, diz que o sentido principal é levar a cultura para a rua, "porque o pessoal não está acostumado a frequentar museus, teatros e galerias".

O novo espaço criado funciona sempre com duas atividades. Em um pequeno palco apresentam-se músicos e cantores. Mais ao centro da rua, artistas e artesãos montam uma exposição com seus trabalhos.

Nos últimos quarenta anos uma questão vem sendo discutida cada vez mais: a diferença entre preservar e desenvolver. Em Florianópolis, a preocupação com o patrimônio histórico e cultural está aumentando. O Diretor de patrimônio cultural da Fundação Catarinense de Cultura, Dalmo Vieira Filho, acredita que "todos os países desenvolvidos hoje entendem o patrimônio cultural como uma alavanca de desenvolvimento verdadeiro, como um potencial de progresso efetivo". Dalmo explica que a Fundação procura se fixar no modelo que tem sido adotado por vários países, como a Espanha, por exemplo. Ou seja, a junção do patrimônio natural muito rico com o patrimônio cultural que atrai milhares de pessoas.

Para isso é necessário, primeiro, reconhecer que a atividade é ampla e precisa de uma proteção efetiva por parte do Estado. Depois, a Fundação trata de valorizar, divulgar e exercer uma série de atividades que ampliem o conceito de cultura, que



Duas pontes "gêmeas" da Hercílio Luz já desabaram nos EUA



Palácio Cruz e Sousa um dos poucos prédios já restaurados

não é só música e dança, mas também saber fazer farinha, vinho, etc.

E é esse "resgate" da história que a arqueóloga Tereza Fossari, do Museu de Antropologia da UFSC, julga essencial para o desenvolvimento de uma sociedade. Trabalhando na restauração da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, em Jurerê, ela não se ateu apenas em buscar elementos construtivos, como pisos, janelas e portas. Mas também com o cotidiano do Forte, com a ocupação humana. Construído em 1739, a Fortaleza desempenhou funções militares até meados do século XIX. Tereza conta que com as escavações foram encontradas soleiras

de portas, escadas e fogões, e "o mais interessante foi poder ter contato com vestígios de peças da cozinha e armamentos".

Outro patrimônio de Florianópolis é a ponte Hercílio Luz. Construída de 1922 a 1926, a ponte foi interdita em 1982 devido a sérios problemas em sua estrutura. O professor da UFSC Edson da Rosa, faz parte do Grant (Grupo de análise de isenções), do departamento de Engenharia Mecânica. Foi esse grupo que fez um conserto emergencial na ponte e acompanhou a recuperação dessa obra. Edson diz que o problema é uma barra rompida, um elo que precisa ser trocado ou se colocar um sistema

de reforço.

Como uma das maiores pontes pênsil do mundo, a Hercílio Luz, que sempre foi considerada o cartão-postal de Florianópolis, corre o risco de desabar. Suas irmãs gêmeas, duas pontes norte-americanas, foram desmontadas para evitar que caíssem. O professor Edson explica que o próprio peso da ponte deve ser reduzido, e, para acabar com o excesso, uma das soluções seria a retirada do asfalto.

A ponte continua lutando por mais verbas para se manter de pé. E não é só aqui que falta investimentos. Para o professor Nelson Popini Vaz, autor do livro "O Centro Histórico de Florianópolis — O espaço pú-



Antiga alfândega foi transformada em espaço cultural

Fotos Victor Carlson

blico do ritual", o Estado tem a obrigação de fornecer condições para que sejam realizadas as manifestações populares.

As áreas de circulação, onde os automóveis são privilegiados, provocam uma perda na função básica da Praça XV e das ruas ao redor: a comunicação. Nelson acredita que o governo precisa investir num "redesenho dos espaços no centro de Florianópolis, a fim de abrigar atividades culturais de qualquer origem". Por exemplo, o largo da Catedral.

Neste lugar é que acontecem as manifestações mais importantes de Florianópolis, e acumula os trezentos anos de história da ilha. As procissões, as festas populares, como o carnaval, e as passeatas e comícios, são concentrados neste espaço. O professor Nelson diz que a função poderia ser ampliada, com incentivos para o teatro, para as produções cinematográficas. "Estas coisas estão ocorrendo cada vez mais em recintos fechados, sujeitas, portanto, a uma seleção, uma elitização".

Ele concorda que o fechamento da rua Victor Meirelles, para programações culturais, já foi um grande passo. Dalmo Vieira Filho também considera importante qualquer tipo de manifestação. "As técnicas artesanais fazem parte do patrimônio cultural, e o que pretendemos é juntar a diversidade de culturas com as paisagens, como as águas termais, as ilhas oceânicas. Santa Catarina é especialmente dotada para o chamado 'turismo cultural', já que está situada no meio da área mais importante, economicamente, da América Latina e ainda tem um suporte natural que atrai visitantes".

Sara Caprário



Fotos Yan Bocchat



SETEMBRO 93 - ZERO

“Manezinho é a pomba da mãe”

O ilhéu Bicaca não gostou do apelido. Mas há quem se orgulhe em manter as tradições açorianas

Desde 1986 existe em Florianópolis o troféu Manezinho da Ilha — uma homenagem àqueles que não se renderam ao crescimento da cidade e preservaram as características do povo ilhéu, com forte influência açoriana. Entre as características, a mais marcante é o sotaque. As frases cantadas são rápidas, como explica o escritor Seixas Neto: “o ilhéu tem velocidade lusitana de flexão, capaz de pronunciar 50 palavras razoavelmente longas por minuto”.

O diálogo é entremeadado por expressões peculiares como “rapaz pequeno”, “me admira de ti”, “deste um banho”, “ó-lho-lho”, “não tem?”, “né” ao final de cada pensamento. E ainda outras 200 expressões que o idealizador do Manezinho da Ilha, Aldírio Simões, reuniu no livro *Domingueiras*. Expressões que ele anotava durante a conversa com pessoas de diversos pontos da ilha. Nem todos os termos porém, são utilizados apenas pelo ilhéu.

As expressões que o manezinho usa nunca causaram problemas, mas ser chamado de manezinho já foi constrangedor. Aldírio Simões lembra que a palavra só se tornou elogio quando a cidade começou a crescer. “As pessoas passavam pela rua Felipe Schmidt e não se conheciam mais”. Foi aí que os “nativos” passaram a valorizar a identidade do povo desafiando: sou manezinho, e daí?. Antes disso, o mané — o des-

leixado, negligente, palerma — tinha sentido menos glorioso. Segundo Simões, há 15, 20 anos, era comum ouvir: manezinho é a pomba da mãe.

As lembranças de Osvaldo Lopes dos Reis, de 77 anos, são do tempo em que era moço. Naquela época, os pais diziam para as filhas que iam se casar com rapaz pobre: vai se casar com esse esfarrapado, esse manezinho? E as moças do centro da cidade, quando iam dançar no interior da ilha, colocavam dois apelidos nos rapazes que não gostavam: amarelo comedor

com o bondinho que funcionou entre 1905 e 1932 e a ponte Hercílio Luz. A parte, expõe as glórias pessoais. Bicaca, como é conhecido, construiu ano passado o menor carro do mundo, que mede 1.80m x 1.20m e pesa 80kg. O original, um quadriciclo de metal foi fabricado em 1901 e está no museu de Detroit. Entre presépios e animais empalhados, esconde-se outra criação, um relógio erótico.

“Manezinho é o que conservou o que ele tinha, a tradição e sabe conversar e elogiar o lugar em que está,

te anos de idade — a renda de bilro. “Nós saíamos a pé do Ribeirão às quatro horas da manhã para Florianópolis oferecer renda, agora ela não existe mais. Acabou também o carnaval trazido pelos açorianos, indêntico ao da cidade hoje. A gente botava as lantejolas, as serpentinas, indêntico, só que era puxado por junta de boi”. Os bisavós de Nilza eram dos Açores e ela possui um leve sotaque português.

Como autêntica manezinha tem orgulho do lugar onde vive. “O pessoal que mora aqui não gosta de sair, só sai se é obrigado porque arranhou emprego ou casou e mesmo assim não perde a tradição. Quem é ribeiroense, minha filha, não se esquece do Ribeirão”.

Para ser manezinho não importa o segmento social e nem a maneira de se vestir. Um dos 20 premiados, no final de setembro, é um sujeito conhecido por Simião, na praia do Saquinho. Lugar onde o acesso só é possível a cavalo ou a pé. Simião vive descalço o dia todo. Nilza é diferente. Os fios de cabelos cinza, todos do mesmo tom, denunciam a tintura para disfarçar os 75 anos. As unhas rosas, o colar dourado, dão o colorido dessa mulher faladeira e sorridente, que ainda não foi homenageada com o troféu.

Cinqüenta palavras por minuto. Velocidade lusitana de flexão

de farinha e manezinho. Osvaldo dos Reis estava entre os 20 que receberam o primeiro troféu e admite que, na época, a idéia não lhe agradou. “Fiquei revoltado e disse ao Aldírio: ‘Como?’ E ele: ‘não vai alterar sua imagem’. Aí eu disse: ‘então aceito’. E guardo até hoje o troféu com orgulho”.

Osvaldo dos Reis possui uma condição importante para receber a homenagem, demonstração de carinho pela terra que nasceu. Ele é diretor da Casa de Arte Exposição Metálica e mantém o registro de parte da história da ilha, como a Praça XV

então eu acho que esse é um manezinho. Um homem estúpido, que diz que o Ribeirão não presta, não pode ser manezinho”. Nilza de Souza Damásio vive justo no Ribeirão da Ilha, distrito que possui o maior conjunto arquitetônico dos Açores, a 35 km de Florianópolis. Ela nasceu em 1918 e conhece grande parte da história local, por isso é alvo de jornalistas, escritores, historiadores e estudantes que vão pesquisar sobre o Ribeirão.

Nesses tempos Nilza assistiu a muitas mudanças. Uma delas foi o fim da atividade que exercia desde os se-



Bicaca, 77 anos: autor do menor carro do mundo

Claudine Nunes

Voadando alto

Parapente une pára-quedaismo e vôo-livre, e ganha adeptos em todo o mundo

Texto: Alexandre Gonçalves
Fotos: Victor Carlson

Há muito tempo, voar deixou de ser coisa só para pássaros. Dando asas à imaginação, o homem moderno vem superando seu complexo de cario, criando e praticando esportes como o parapente. Espécie de meio-termo entre o pára-quedaismo e o vôo-livre, o parapente vem conquistando adeptos em todo o mundo. Calcula-se que existam cerca de 200 mil praticantes, espalhados principalmente pela Europa e pelos Estados Unidos. No Brasil, em torno de 800 pessoas praticam esse esporte.

O parapente se utiliza de equipamentos e técnicas do pára-quedaismo e do vôo-livre. Do pára-queda, o parapente usa o pára-queda, apesar do formato ser um pouco diferente. É retangular. Quando inflado, o pára-queda assume uma forma que se assemelha a uma asa de avião. Na parte da frente, várias aberturas permitem a entrada do ar, melhorando a aerodinâmica do equipamento.

A decolagem do parapente lembra a que é feita pelos praticantes do vôo-livre. Com uma diferença: em vez da asa-delta, é usado o pára-queda. Na encosta de uma montanha, serra ou morro, o praticante do parapente primeiro estende o pára-queda no chão. Depois, corre morro abaixo, até que a resistência do ar sobreponha-se ao peso do homem. Se o espaço para a corrida for curto, um ventinho sempre será bem vindo.

Não existe uma época determinada para a prática do parapente. Mas a maioria dos praticantes prefere o verão. Essa preferência se dá pelo fato de que no verão existe uma maior formação de massas de ar quente. Para o parapente, isso é fundamental, pois além de propiciar uma permanência por mais tempo, também favorece o deslocamento, que se torna bem maior.

Praticar o parapente não basta espírito de aventura. Precisa ter grana também. O preço de um equipamento completo varia entre 1.500 e 3.500 dólares. Isso sem contar os gastos com o deslocamento para outras cidades, à procura de um bom ponto de decolagem. No Brasil, a rampa da Pedra Bonita, no Rio de Janeiro, é o ponto mais movimentado. Aqui em Santa Catarina, Timbé do Sul, localizado na fronteira com o Rio Grande do Sul, vem se tornando um dos pontos mais procurados pelos praticantes do parapente.

Em alguns lugares o parapente não é visto só como esporte. O grande número de praticantes, acabou transformando o parapente num atrativo turístico. Na Europa, onde o esporte é praticado há mais de dez anos, as comunidades que dependem do ski exploram o parapente, quando não há neve. Num estação de ski, em condições meteorológicas favoráveis, ocorrem mais de 100 saltos por dia. Boa parte são saltos duplos, quando num mesmo paracadedas saltam o monitor e um leigo qualquer.



O parapente já conta com centenas de praticantes em todo o país. Em Santa Catarina, Timbé do Sul, a 290 km de Florianópolis, se destaca pelas boas condições para o vôo e pela paisagem exuberante da Serra do Mar

ZERO - SETEMBRO 93



Na França as estações de ski tornaram o parapente uma atração turística e saltos com monitores são constantes. Na encosta da montanha, a espera pela vez de decolar



Força e concentração na decolagem em Timbé do Sul



Salto no Pirineus, sul da França, onde as comunidades desenvolveram outro atrativo além do ski